

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Sociais  
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

**Bolsista:** Giovana da Silva Gouvêa

**Linha de Pesquisa:** Cultura política e a questão social no Brasil – Uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI

**Período de Coleta:** 01 de maio de 2023 até 31 de maio de 2023

Data da notícia: **01/05/2023**

**Título: Motorista de aplicativo mata jovem atropelado e debocha: 'Menos um fazendo o L'; polícia investiga**

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:  
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/05/01/motorista-de-aplicativo-mata-jovem-atropelado-e-debocha-menos-um-fazendo-o-l-policia-investiga.ghtml>

A Polícia Civil abriu inquérito para investigar se um motorista por aplicativo teve a intenção de matar um homem suspeito de furtar um celular, no Viaduto Júlio de Mesquita Filho, na Bela Vista, região central de São Paulo.

Inicialmente, o caso tinha sido registrado no 78º DP como furto e morte acidental em 25 de abril. Ao g1, o delegado Percival Alcântara, titular do 5º DP, onde o caso é investigado, explicou que o boletim de ocorrência foi feito no plantão policial, mas agora o foco é apurar se o atropelamento foi proposital ou acidental.

“Foco é saber se foi homicídio doloso ou culposo. Basicamente, é o primeiro foco para depois analisar possíveis que crimes que orbitem, haja vista que ele tirou fotos e zombou do possível furtador”, disse.

Segundo o boletim de ocorrência, um rapaz disse que estava no trânsito com as janelas abertas quando uma pessoa surgiu ao lado do veículo, pegou o celular no painel e correu.

Em seguida, a vítima estacionou e tentou recuperar o aparelho, mas percebeu que o suspeito estava caído no asfalto e tinha sido atropelado por outro carro, dirigido pelo motorista por aplicativo Christopher Gonçalves Rodrigues, de 26 anos. O veículo era alugado, segundo apurado pelo g1.

À polícia, Christopher alegou que estava na quarta faixa quando não conseguiu parar a tempo e atropelou a vítima.

Ainda segundo o registro, Christopher desceu para socorrer a vítima, quando apareceu outra pessoa e disse ter sido roubada. Ele afirmou que não chegou a ver o possível furto. A defesa dele não foi localizada até a última atualização.

### **'Menos um fazendo o L'**

O relato no boletim de ocorrência cita que a vítima estava com ferimentos graves em uma das pernas e não resistiu. Nas redes sociais, Christopher fez vídeos se gabando sobre o atropelamento e disse: "menos um fazendo o L [símbolo dos eleitores do presidente Lula durante as eleições]".

Em determinado trecho, ele afirmou que não tiraria o carro para que a vítima fosse socorrida.

"Instaurado inquérito, nós vamos ouvir a primeira vítima que teria o celular furtado, estamos tentando câmeras, vamos ouvir o motorista por aplicativo e os policiais", completa o delegado do caso.

O rapaz atropelado era Matheus Campos Silva, de 21 anos. A irmã dele foi à delegacia e contou que o rapaz morava com a mãe e trabalhava como vendedor ambulante.

Segundo a Secretaria da Segurança, o autor do atropelamento foi ouvido na tarde de sexta-feira (28) no 5º Distrito Policial.

Data da notícia: **01/05/2023**

## **Título: Levantamento revela aumento da desigualdade entre rendimentos dos mais ricos e mais pobres**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/01/levantamento-revela-aumento-da-desigualdade-entre-rendimentos-dos-mais-ricos-e-mais-pobres>

Levantamento divulgado pela organização internacional Oxfam no contexto deste 1º de maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, revela aumento na desigualdade entre os rendimentos de pessoas ricas e pobres em diversas partes do mundo, com especial crescimento dessa diferença no Brasil.

Segundo a pesquisa, os diretores gerais (cargo muitas vezes chamado pela sigla em inglês CEO) de empresas pelo mundo tiveram crescimento salarial de 9% em 2022, enquanto as pessoas da base da pirâmide tiveram queda de 3% em seus rendimentos.

Para medir a desigualdade no Brasil, a Oxfam levou em conta os valores distribuídos a grandes acionistas como dividendos, já que não há informações oficiais sobre os salários dos altos executivos.

A organização identificou um aumento de cerca de 24% entre 2021 e 2022 nos pagamentos a acionistas do país. No mesmo período, a queda salarial da força de trabalho no país foi de 6,9% - mais que o dobro da média mundial.

Em entrevista ao Brasil de Fato, o coordenador de Justiça Econômica da Oxfam no Brasil, Jefferson Nascimento, destacou os valores exorbitantes dos dividendos pagos no país em 2022: cerca de US\$ 34 trilhões (foram US\$ 27,3 bilhões em 2021), e alertou para a necessidade de uma reforma tributária que preveja pagamento de impostos sobre esses valores, algo que não acontece desde 1996.

Nascimento pontuou ainda a importância de políticas de valorização do salário mínimo, já que há vários indicadores diretamente atrelados a ele. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o retorno da regra de valorização do mínimo.

"A gente tem estudos apontando como a valorização real do salário mínimo foi importante para redução da desigualdade de renda, ao longo dos anos 2000 até meio de 2010", destacou o especialista.

### **Pandemia e reforma trabalhista**

A pandemia ainda causa efeitos importantes no nível de renda das pessoas mais pobres em diversas partes do mundo. A maior parte dos trabalhadores ainda não conseguiu recuperar os níveis de renda que tinham antes da chegada da covid-19.

No caso do Brasil, a Oxfam apontou outros fatores relevantes, como a precarização do trabalho em decorrência da reforma trabalhista aprovada ainda no governo de Michel Temer (MDB), em 2017.

"Mesmo com a recuperação do [nível de] emprego, a gente tem esse movimento que são empregos com menor remuneração, mais precarizados, e isso impacta de alguma maneira nesse número da renda média. Na verdade, a gente tem recuperado a taxa de emprego, mas a renda continua menor que era antes da pandemia", pontuou.

Data da notícia: **01/05/2023**

**Título: Lula participa do ato 1º de Maio com centrais sindicais em São Paulo**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/01/lula-participa-do-ato-1-de-maio-com-centrais-sindicais-em-sao-paulo>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa nesta segunda-feira (1º) do ato de 1º de Maio no Vale do Anhangabaú, região central da capital paulista. O evento é realizado de maneira unificada por centrais sindicais

Lula deve confirmar os anúncios de reajuste do salário mínimo de R\$ 1.302 para R\$ 1.320 e a isenção do imposto de renda para trabalhadores que recebam até R\$ 2.640. O presidente realizou neste domingo (30) um pronunciamento em rede nacional de rádio e TV para anunciar as medidas.

Lula anunciou ainda que enviará ao Congresso um projeto de lei com a nova política de valorização do salário mínimo. O cálculo será realizado a partir do índice de inflação do ano anterior e do PIB (Produto Interno Bruto) consolidado de 2 anos antes, mesma regra que vigorou entre 2007 e 2019.

O ato é organizado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores); Força Sindical; UGT (União Geral dos Trabalhadores); CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros); CTB (Central dos

Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores); Intersindical Central da Classe Trabalhadora e Pública.

### **Servidores federais**

Os servidores públicos federais também conquistaram reajuste salarial às vésperas do Dia do Trabalhador. O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (26) a proposta do governo de reajuste salarial de 9% para a categoria.

Este é o primeiro acordo para reajuste salarial fechado desde 2016 entre servidores e governo. O reajuste foi uma das bandeiras de Lula na corrida eleitoral do ano passado e foi articulado pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, ao lado de sindicatos.

Data da notícia: **01/05/2023**

**Título: Lula convida MST para compor 'Conselhão' em meio a atritos com agronegócio; conheça o colegiado**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/01/lula-convida-mst-para-compor-conselhao-em-m-eio-a-atritos-com-agronegocio-conheca-o-colegiado>

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vai integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o chamado "Conselhão". Criado no primeiro governo Lula e extinto por Jair Bolsonaro (PL), o órgão é responsável por assessorar o presidente na formulação de políticas públicas e diretrizes de desenvolvimento econômico sustentável.

O ministro das relações institucionais e coordenador do Conselho, Alexandre Padilha, afirmou ao Brasil de Fato que o convite partiu do próprio presidente Lula. "O 'Conselhão' voltou. E, com muita honra, recebemos a presença do MST", afirmou Padilha.

Padilha declarou que a relação dos governos petistas com o o MST promoveu "avanços" nas políticas públicas para os trabalhadores do campo. "Isso é válido não só no debate da reforma agrária, mas também nas áreas de educação rural, sustentabilidade e saúde no

campo. Além da pauta da segurança alimentar, da comida de verdade, e do uso abusivo de agrotóxicos", disse.

A inclusão do MST no "Conselhão" ocorre enquanto a Câmara discute a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Movimento. A CPI foi impulsionada pela bancada ruralista e por parlamentares conservadores e bolsonaristas.

Em abril, o Movimento promoveu a ocupação de áreas no campo no âmbito da Jornada Nacional de Luta em Defesa da Reforma Agrária, o que aumentou o atrito entre governo e agronegócio. Segundo o MST, proprietários rurais têm reagido violentamente às ocupações, com a criação de milícias rurais apoiadas por políticos e compostas por policiais.

Outro ponto de desgaste ocorreu entre o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e os organizadores da Agrishow, o maior evento brasileiro de negócios do agro. O ministro foi "desconvidado" da cerimônia de abertura para dar lugar à presença de Jair Bolsonaro (PL). A Agrishow admitiu erro e cancelou a cerimônia.

"O 'Conselhão' é um espaço de diálogo da diversidade. Ninguém precisa pensar igual. Se fosse assim, ele nem precisaria existir", avaliou Padilha. Segundo ele, a nova composição do órgão terá mais representação feminina. Nos primeiros formatos nós tínhamos de 10% a 15% de mulheres. Agora chegaremos muito perto dos 50%", anunciou o ministro.

### **Entenda o "Conselhão"**

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) é presidido pelo presidente Lula e terá como membros o vice-presidente Geraldo Alckmin, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha, e cidadãos brasileiros de "ilibada conduta" e "reconhecida liderança".

De acordo com decreto que criou o órgão, o Conselho poderá instituir comissões temáticas e grupos de trabalho destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos. A participação nas atividades do "Conselhão", inclusive nas comissões temáticas e nos grupos de trabalho, será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Data da notícia: **01/05/2023**

## **Título: Com Lula, centrais sindicais celebram retomada do 1º de Maio**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/01/com-lula-centrais-sindicais-celebram-retomada-do-1-de-maio>

O sentimento nos bastidores do ato do 1º de Maio das centrais sindicais, no Vale do Anhagabaú, em São Paulo (SP), era de alívio. Após quatro anos celebrando a data no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), os sindicalistas voltaram a vivê-la sob gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), um dia após o petista anunciar o aumento real do salário-mínimo e o reajuste para os servidores públicos federais.

"Não é pouca coisa, esse reajuste acima da inflação ficou parado por seis anos. Estamos vendo a retomada e a reconstrução do país no governo Lula", comemorou Sérgio Nobre, presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

"A eleição do Lula foi o fato político mais importante para a classe trabalhadora do mundo. A vitória do Lula significou ter uma liderança mundial, uma defesa do Meio Ambiente, da democracia, dos direitos humanos e dos direitos trabalhistas. A foto que queremos mandar para o mundo é a do presidente Lula ao lado do movimento sindical unido, com os partidos políticos e anunciando medidas como a volta do salário-mínimo valorizado. O Brasil voltou", finalizou Nobre.

Para João Paulo Rodrigues, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o otimismo vai além dos últimos anúncios de Lula, que beneficiaram a classe trabalhadora.

"Vamos ter a rediscussão da questão trabalhista no país, não podemos viver no regime de uma Reforma Trabalhista feita no golpe. O PT sinaliza com a valorização do salário-mínimo contra a fome e a miséria. Por isso, é um 1º de Maio da esperança", encerrou o líder sem-terra.

O deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL), de São Paulo, lembrou que o governo de Lula permitirá ampliar o debate para outras esferas, onde os trabalhadores também serão beneficiados.

"Estamos vendo a retomada do Brasil, um governo preocupado com os direitos humanos, com a retomada das políticas ambientais, da reestruturação da ciência, enfim, um Brasil que vai voltando ao seu lugar no mundo", contou Giannazi.

Data da notícia: **01/05/2023**

**Título: Valorização do salário mínimo faz girar a 'roda da economia', diz Lula no Anhangabaú**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/01/valorizacao-do-salario-minimo-faz-girar-a-roda-da-economia-diz-lula-no-anhangabau>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a ser a principal atração do tradicional ato de 1º de Maio, organizado em São Paulo pelas centrais sindicais, nesta segunda-feira (1º). Em seu discurso, o petista voltou a falar sobre o aumento real do salário mínimo, anunciado no último domingo (30), celebrado por sindicalistas e lideranças políticas.

"Nós instituímos outra vez o aumento real do salário acima da inflação. Daqui pra frente, o trabalhador receberá, além da inflação, a média do crescimento do PIB, como nós fazíamos quando fui presidente. Quando o salário mínimo aumenta, quem ganha não é só o trabalhador que ganha o mínimo. Porque o trabalhador, tendo mais dinheiro, compra mais. O comércio vai gerar emprego e vai encomendar coisa da indústria. A indústria vai gerar emprego e a roda gigante da economia começa a girar. Até os mais ricos ganham com o aumento do salário mínimo", afirmou.

Lula adiantou um plano para o próximo ano. "Estamos estudando, quem sabe para o próximo ano, que da mesma forma que o patrão que ganha milhões não paga sobre o lucro, que o trabalhador não pague imposto sobre a participação nos lucros", disse o presidente.

O presidente também não se furtou a criticar mais uma vez a política de juros do Banco Central, presidido por Roberto Campos Neto. "A taxa de juros não controla a inflação, ela controla a taxa de desemprego", reclamou.

Ele também citou o direito à saúde, especialmente o acesso a médicos especialistas. "Nós vamos garantir que as pessoas pobres desse país tenham direito a um especialista para não morrer com uma receita na cabeceira."

Lula agradeceu a vitória na eleição de 2022, que o consagrou para o terceiro mandato no Palácio do Planalto e impôs o fim do anseio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), de ter mais quatro anos à frente do país.

"Vocês me deram uma nova chance. Quero provar para vocês meu compromisso com as pessoas que ralam o dia inteiro, que levantam às 5 horas da manhã, que andam duas horas

Data da notícia: **02/05/2023**

### **Título: Trabalhadores comemoram conquistas e apoiam greve dos professores no DF em ato na Ceilândia**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/02/trabalhadores-comemoram-conquistas-e-apoiam-greve-dos-professores-no-df-em-ato-na-ceilandia>

Em clima de animação com a retomada do diálogo com o governo federal e apoio a greve dos professores do DF, trabalhadores realizaram um ato político-cultural na manhã desta segunda-feira, 1º de maio, na Feira Central da Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal. O evento reuniu trabalhadores de todo o Distrito Federal e contou com a presença de líderes sindicais, representantes partidários, movimentos sociais e parlamentares.

“Hoje é o 1º de maio de muita luta e também de cultura e por isso trouxemos o evento para Ceilândia, que é a maior [região administrativa], com muitos trabalhadores que vieram aqui colocar suas reivindicações, mas também fazendo a celebração”, assinalou o presidente da Central Única dos Trabalhadores do DF, Rodrigo Rodrigues.

O presidente do PT no DF, Jacy Afonso, também discursou e além de destacar apoio à greve dos professores falou sobre a retomada do diálogo dos trabalhadores com o governo federal com a volta do presidente Lula ao Palácio do Planalto. “O presidente Lula abriu diálogo com os servidores [federais] e conquistaram um aumento salarial que não tinham

desde 2016”, disse Jacy destacando ainda o aumento real do salário mínimo e o reajuste da tabela do imposto de renda.

A deputada federal Érika Kokay (PT) destacou a importância da realização do evento em Ceilândia para que o campo popular intensifique o diálogo com toda a sociedade. “Temos que falar sobre que a política de valorização do salário mínimo voltou, que o reajuste da tabela do imposto de renda também voltou, que temos um governo que respeita a democracia e que abraça a classe trabalhadora”, afirmou a deputada.

### **Greve dos professores**

Um assunto presente em todos os discursos do ato do Trabalhadores em Ceilândia foi o apoio à greve dos professores da rede pública do DF, anunciada no dia 26 de abril, após Assembleia Geral com diretores do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF).

Representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros sindicatos e parlamentares fizeram questão de endossar apoio e falar que o movimento de greve é legítimo.

A diretora do Sinpro, Luciana Custódio, destacou que a falta de diálogo do governador Ibaneis Rocha (MDB) sobre a recomposição salarial, a valorização da carreira e a convocação imediata dos aprovados em concurso público foram os principais motivos para a greve.

“É fundamental receber esse apoio das outras entidades de classe, mas também é importante que toda sociedade do DF apoie os professores, porque é a sociedade que sofre com a precarização da educação, que está acontecendo aqui”, afirmou ela.

A greve dos professores deve ser um dos principais assuntos discutidos na Câmara Legislativa nos próximos dias e por isso o deputado distrital Fábio Félix (PSOL) defendeu durante o evento a paralisação das votações no Legislativo, enquanto o governo não negociar com a categoria. “A greve na educação tem consequências muito graves e o culpado pela greve é o governador Ibaneis, que não abriu de forma correta o diálogo e a negociação com os professores. Então o governo precisa dialogar”, defendeu Félix.

### **1° de maio**

O 1º de Maio é internacionalmente conhecido como o Dia do Trabalhador. Na data são celebradas homenagens à classe trabalhadora, a partir das lutas de trabalhadores por mais direitos, cidadania e democracia.

No Brasil a primeira comemoração ocorreu em Porto Alegre, capital gaúcha, em 1892 na praça pública no Brasil. Em Brasília o 1º de Maio é comemorado antes mesmo da inauguração da cidade, no ano de 1989 onde operários fizeram uma festa onde hoje é a praça dos Três Poderes.

Data da notícia: **03/05/2023**

**Título: PF faz operação de busca e apreensão na casa de Bolsonaro e prende o coronel Mauro Cid**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/03/pf-faz-operacao-de-busca-e-apreensao-na-casa-de-bolsonaro-e-prende-o-coronel-mauro-cid>

A casa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é um dos alvos da operação que a Polícia Federal (PF) realiza na manhã desta quarta-feira (3), no bairro Jardim Botânico, em Brasília (DF). A ação foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e cumpre 16 mandados de busca e apreensão, em Brasília e no Rio de Janeiro.

Além disso, a operação da PF também cumpre mandados de prisão preventiva contra dois ex-assessores de Bolsonaro: o tenente-coronel Mauro Cid e o ex-sargento do Bope Max Guilherme.

Conforme nota da PF, operação batizada de "Venire" apura o caso de uma "associação criminosa constituída para a prática dos crimes de inserção de dados falsos de vacinação contra a Covid-19 nos sistemas SI-PNI e RNDS do Ministério da Saúde." A investigação analisa a inserção de dados falsos no sistema do Ministério da Saúde para geração de certificados de vacinação.

"Com isso, tais pessoas puderam emitir os respectivos certificados de vacinação e utilizá-los para burlarem as restrições sanitárias vigentes imposta pelos poderes públicos (Brasil e Estados Unidos) destinadas a impedir a propagação de doença contagiosa, no caso, a pandemia de covid-19", informou a Polícia Federal.

Esta operação ocorre dentro do inquérito que analisa a atuação das "milícias digitais" e os fatos investigados podem configurar, segundo nota da PF, os crimes de infração de medida sanitária preventiva, associação criminosa, inserção de dados falsos em sistemas de informação e corrupção de menores.

Data da notícia: **03/05/2023**

**Título: 'Mais bibliotecas e menos clubes de tiro': governo anuncia retorno de políticas para leitura**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/03/mais-bibliotecas-e-menos-clubes-de-tiro-governo-anuncia-retorno-de-politicas-para-leitura>

Direito inalienável de todo ser humano, a leitura vai muito além dos livros e trata-se de jeitos de ler o mundo, na análise de Paulo Freire. Com esse mote, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) voltará a ser uma política importante durante o novo governo Lula, que anunciou iniciativas conjuntas entre ministérios, especialmente os da Cultura e da Educação.

As políticas de incentivo à leitura extrapolam o universo do tradicional livro em papel e tentam compreender a nova realidade e as novas ferramentas da comunicação, cada vez mais digitais e descentralizadas, graças às redes sociais. À frente da Secretaria de Formação, Livro e Leitura do Ministério da Cultura, Fabiano Piúba reforça que esses conceitos já existiam e começaram a ser implementados, mas foram ignorados durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

"O presidente Lula, no ano passado, ainda no processo da campanha, tanto falava da dimensão da cultura, das artes, como trazia de uma maneira muito poderosa o papel do livro, quando ele dizia 'mais livros e menos armas'. Ou 'mais bibliotecas e menos clubes de tiro'. Então, essa dimensão metafórica e simbólica do livro e da leitura é vital neste momento", conta Piúba, que participou do plano em mandatos passados de Lula.

"Lembro que era uma meta que nós pudéssemos implantar pelo menos uma biblioteca em cada município brasileiro. Naquela ocasião, realizamos um censo nacional sobre as bibliotecas do Brasil, visitamos todas, fizemos um retrato muito crítico com a ideia de

implementar bibliotecas. Naquela época eram em torno de 1300 municípios sem bibliotecas. Em 2010, conseguimos atingir essa meta. Atualmente, são mais de 800 municípios sem biblioteca e a ideia não é simplesmente implantar de novo, é reabrir essas bibliotecas e modernizar as que já existem", anuncia.

Criado em 2006, em acordo assinado pelos então ministros Gilberto Gil (Cultura) e Fernando Haddad (Educação), o PNLL partiu de premissas semelhantes e definiu quatro eixos que ainda serão norteadores: a democratização do acesso ao livro; a promoção da leitura por agentes treinados, a comunicação voltada ao imaginário da leitura e dos livros na sociedade; e o fomento à cadeia produtiva do livro, o que envolve escritores, editoras e distribuidores.

Essas frentes que buscam despertar o envolvimento comunitário sobre a importância do conhecimento e do respeito à diversidade. De acordo com o filósofo João Castilho, que foi Secretário Executivo do PNLL durante sete anos não consecutivos, o desenho do programa é criado em torno das bibliotecas públicas e direcionado, primordialmente, a atender às diferentes necessidades dos leitores.

"Nós temos uma larga experiência já realizada no Brasil de outros programas que demonstram com toda clareza que as bibliotecas pública, escolar e comunitária são as iniciativas principais de democratização do acesso ao livro e a leitura. Contempla um segundo eixo do PNLL que é a mediação de leitura. É fundamental ter um mediador de leitura e não precisa ser ninguém formado, especializado. Pode ser a mãe, o pai, o professor, o agente comunitário, alguém que faça essa ponte, que apresente o livro às pessoas, que tire a ideia de que o livro é para poucos; o livro é para todos", afirma.

### **Promoção da leitura quer pegar carona no PAC**

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é tido como uma das chaves para a distribuição de livros de forma mais direta e com um alcance mais variado do que as estruturas públicas convencionais. Segundo Piúba, experiências internacionais demonstram a eficiência da ampliação e diversificação do acesso, o que no Brasil poderia ter o impulso do ambicioso plano de infraestrutura retomado no atual governo.

"Vamos apresentar dentro do Minha Casa, Minha Vida [programa habitacional do governo Lula] para que as famílias ao receberem as chaves já ganhem uma mini biblioteca com literatura brasileira, clássica, contemporânea, para que tenha um espaço para formação leitora", comenta o secretário, mencionando também o desejo de as casas já serem

equipadas com uma estante para abrigar esse material.

Castilho lembra que a iniciativa já havia sido pensada em anos anteriores e incluiria um acervo de 10 a 12 livros por família, iniciativa que seria reforçada por bibliotecas coletivas em cada conjunto habitacional. "Ou seja, teria uma ação de leitura naquela região, onde todos contariam com os livros e não seria um tipo de livro para cada, mas poderia haver até um intercâmbio, para que a biblioteca se movimentasse na comunidade", afirma o filósofo.

Outra proposta apresentada para análise do PAC, segundo Piúba, é a de incluir a construção de bibliotecas-parque em diversos territórios, principalmente nas periferias das capitais ou em grandes cidades do interior. "Experiências como as de Medellín, na Colômbia, produzem, para além da própria leitura, outros serviços sociais, que tornam a relação orgânica com a comunidade", comenta.

Do ponto de vista escolar, há planos do Ministério da Educação que tentam acelerar a criação de acervos dentro das escolas, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), regulamentado em 2020. De acordo com a socióloga Marcele Frossard, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, é possível aferir quanto deve ser investido ao ano por aluno de cada etapa escolar a partir de levantamentos e indicadores.

"O direito à leitura está relacionado ao direito à educação. E para se concretizar, a gente reforça a importância em investir na formação dos profissionais que atuam nessa área. Também é importante a infraestrutura. Nem todas as escolas têm espaços para que exista uma sala destinada para a criação de bibliotecas e isso é fundamental para que esses livros circulem e para que esses estudantes e a comunidade escolar tenham acesso a esses livros", comenta Frossard.

### **Cruzada ideológica freou mercado do livro e qualidade das obras**

Especialistas alertam que nenhuma dessas iniciativas será constante se não forem consolidadas em políticas permanentes de Estado, que resistam a eventuais mudanças de governo. Nesse sentido, há o respaldo da lei 13.696, sancionada em 2018, e que estabelece a reavaliação das metas e dos resultados a cada 10 anos.

A eficiência também passa pela política de seleção e aquisição de obras, respeitando as características regionais, mas buscando "furar bolhas" e promover intercâmbios entre

assuntos, expressões e formas de enxergar o mundo. Perspectiva que envolve diretamente o fomento ao mercado editorial e de toda a cadeia do livro.

"Em 2010, quando atuava como diretor, eram quase R\$ 10 milhões investidos pelo governo. Isso foi praticamente zerado no governo anterior porque a cultura, as artes, os livros foram criminalizados. Veja que absurdo", protesta Piúba, que se compromete a virar a página.

"Vamos retomar a doação para bibliotecas públicas estaduais, municipais e comunitárias, mas de uma maneira combinada com o PNBE do MEC, que é o Programa Nacional de Biblioteca Escolar. Essa aquisição de livros é importante para o mercado editorial, para o fazer literário e acadêmico do país".

Por sua vez, Castilho reforça que a indústria editorial é mais importante do que seu significado puramente econômico, uma vez que o livro e os materiais literários são produtos muito diferenciados. "Temos que ter realmente cuidado com ele, não no sentido de fazer qualquer censura a temas, mas temos que zelar pela qualidade e principalmente pelo fomento aos autores nacionais", alerta.

Ele também faz coro para a proposta de promoção da diversidade do mercado editorial, oferecendo oportunidades para pequenas editoras, localizadas em áreas mais remotas do país, da mesma forma que se acolhem editoras grandes, algumas multinacionais. Essa iniciativa também permitiria uma variedade de temas e abordagens, pautados por entendimentos de direitos humanos consagrados internacionalmente.

"A qualidade do material que é distribuído trata de diferentes assuntos que podem ser abordados nos planos pedagógicos das escolas e bibliotecas. Isso ajudaria a desenvolver temas como a discussão sobre gênero, racismo, exclusão, trabalho infantil e também outros temas, como a cultura brasileira, os povos tradicionais, o acesso à terra e problemas que fazem parte do Brasil", pontua Marcele Frossard.

A reconstrução de um processo que havia sido interrompido e que pode ser decisivo para futuras gerações. Segundo Castilho, a leitura proporciona a libertação do ponto de vista da imaginação, mas também ajuda em questões bastante básicas da nossa rotina, como escolher o ônibus certo e seguir as instruções de um médico, por exemplo.

"Isso é vital para o país. É quase uma questão de segurança pública, porque você tem uma

sociedade cada vez mais diversa, mais populosa e ao mesmo tempo uma sociedade que precisa de mais entendimento, de compreensão", conclui.

Data da notícia: **03/05/2023**

**Título: O que se sabe até aqui sobre a operação da PF contra Bolsonaro e aliados?**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/03/o-que-se-sabe-ate-aqui-sobre-a-operacao-da-pf-contr-bolsonaro-e-aliados>

O mundo político amanheceu nesta quarta-feira (3) com a informação de que a Polícia Federal (PF) realizava operação que chegava diretamente ao ex-presidente Jair Bolsonaro, à esposa dele, Michelle Bolsonaro (ambos no PL), e outras pessoas ligadas à família. Entre eles, dois assessores muito próximos ao clã: o tenente-coronel do Exército Mauro Cid e o ex-sargento do Bope Max Guilherme. A investigação apura suposta inserção de dados falsos em carteiras de vacinação contra a covid-19.

As carteiras adulteradas teriam sido as do próprio ex-presidente; da filha dele, Laura Bolsonaro; e de Mauro Cid, da filha e da esposa dele. Segundo a PF, as adulterações aconteceram para que os envolvidos pudessem embarcar do Brasil para os Estados Unidos, burlando as normas sanitárias vigentes.

Não houve ordem de prisão expedida contra Bolsonaro, mas os policiais cumpriram mandado de busca e apreensão na casa em Brasília onde o ex-presidente vive desde que voltou ao Brasil. Após a ação dos policiais, Bolsonaro, que teve de entregar seu celular para investigações, disse que "ficou surpreso" com a visita e reforçou o discurso de que não se vacinou.

"Eu não tomei a vacina. Uma decisão pessoal minha. O cartão de vacina da minha esposa também foi fotografado, ela tomou a vacina nos Estados Unidos, da Janssen. E minha filha, Laura, de 12 anos, não tomou a vacina também. Nunca me foi pedido cartão de vacina em lugar nenhum, não existe adulteração da minha parte", disse.

O ex-presidente foi intimado a prestar depoimento formal sobre o caso, o que pode acontecer ainda na tarde desta quarta-feira, em Brasília. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*,

o advogado Paulo Cunha Bueno, que representa Bolsonaro, o orientou a ficar em silêncio sobre o assunto.

### **Outros envolvidos**

No total, seis mandados de prisão preventiva foram cumpridos. Além de Mauro Cid e Max Guilherme, a PF prendeu outros três militares: Sérgio Rocha Cordeiro, que também trabalhou na equipe de segurança de Bolsonaro; Luis Marcos dos Reis, ex-integrante da equipe de Mauro Cid; e Ailton Gonçalves Moraes Barros. Além deles, também foi preso o secretário municipal de Governo de Duque de Caxias-RJ, João Carlos de Sousa Brecha.

Segundo apuração da *TV Globo*, consta no sistema do Ministério da Saúde que Bolsonaro teria tomado duas doses da vacina contra a covid em um centro municipal de saúde de Duque de Caxias, nos dias 13 de agosto e 14 de outubro de 2022. Em 21 de dezembro, Brecha teria feito a inserção desses dados no sistema do Programa Nacional de Imunizações, o que comprovaria a fraude caso o ex-presidente realmente não tenha tomado o imunizante.

A operação cumpriu, no total, 16 mandados de busca e apreensão. Entre eles, um contra a ex-primeira dama, Michelle Bolsonaro.

Data da notícia: **03/05/2023**

**Título: Sem Bolsonaro, liberdade de imprensa melhora no Brasil**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/03/sem-bolsonaro-liberdade-de-imprensa-melhora-no-brasil>

Após quatro anos de ataques sistemáticos a jornalistas e veículos de comunicação sob o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o Brasil subiu 18 posições na edição de 2023 do Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa, da ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF). O país saltou da 110ª para a 92ª posição do levantamento divulgado nesta quarta-feira (03/05), Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

Mesmo com o salto no ranking, classificado pela organização como um "recorde" dentro do continente americano, o Brasil ainda segue em uma situação de liberdade de imprensa considerada "problemática" pelo estudo – e bem distante de outras nações da mesma região. Muito à frente do Brasil, Uruguai (52º), Estados Unidos (45º), Argentina (40º) e Costa Rica (23º) têm a situação de liberdade de imprensa considerada "relativamente boa".

Em meio à discussão do Projeto de Lei (PL) das Fake News, que visa regulamentar a difusão de informações nas redes sociais, o relatório traz um panorama das perspectivas para a prática do jornalismo no Brasil.

### **"Retorno da normalidade"**

Segundo o diretor do escritório América Latina da RSF, Artur Romeu, a melhora das condições no país tem a ver com a expectativa sobre as ações do novo governo Luiz Inácio Lula da Silva do que com melhoras efetivas que já ocorram no exercício da profissão.

"É um otimismo em relação a um retorno da normalidade das relações entre governo e imprensa a partir do fim do mandato Bolsonaro, que teve como marca registrada ser um governo associado à promoção da desinformação, da violência nas redes contra a imprensa e com uma tentativa sistemática de desacreditar, difamar e gerar desconfiança sobre o trabalho da imprensa no Brasil", afirma Romeu.

No ano passado, a RSF contabilizou três assassinatos de jornalistas no país – o blogueiro Givanildo Oliveira, o correspondente Dom Phillips e o indigenista Bruno Pereira, que estava atuando como apoio ao trabalho jornalístico na ocasião.

Segundo Romeu, se fosse considerado apenas o quesito segurança (o ranking também contabiliza critérios políticos, sociais, econômicos, regulatórios), o Brasil cairia para a 149ª posição do ranking mundial.

O diretor da RSF explica que a avaliação do ranking geral, que é feita por meio de questionários com especialistas da área, ocorreu entre novembro e fevereiro, já com o resultado das eleições presidenciais definido.

"Vemos essa alta [no ranking] mais como uma expectativa de melhora do que o que de fato aconteceu", diz ele, acrescentando que o governo atual "tenta criar uma espécie de ruptura, na tentativa de marcar uma posição, uma diferença 'civilizatória'".

### **Ataques a jornalistas nas redes**

No último dia 28 de abril, a Repórteres Sem Fronteiras publicou um estudo de caso sobre o Brasil intitulado O jornalismo frente às redes de ódio no Brasil, que faz um apanhado dos ataques feitos por usuários do Twitter a profissionais da imprensa entre agosto e novembro de 2022, durante a campanha eleitoral que resultou na vitória de Lula para a Presidência.

De acordo com a publicação, feita em conjunto com o Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo (Labic/Ufes), foram registradas mais de 3,3 milhões de mensagens de ofensa e intimidação contra jornalistas e veículos de comunicação – uma a cada três segundos.

O estudo também afirma que os ataques foram empreendidos principalmente por apoiadores de Bolsonaro, quando não pelo próprio ex-presidente de extrema direita, e tinham como alvo majoritário mulheres jornalistas.

### **"Indústria da desinformação"**

Ainda segundo a própria RSF, essas práticas identificadas no Brasil estão dentro de uma tendência global, destacada pela organização no ranking mundial deste ano como "indústria do simulacro" ou mesmo "indústria da desinformação".

"Vemos políticos e governos mobilizando a desinformação para conseguir suas próprias narrativas e tendo uma maior capacidade de controlar a agenda pública e escapar ao exercício do controle social do poder que exerce o jornalismo", pontua o diretor da RSF, que vê na atual discussão sobre o PL das Fake News uma oportunidade de enfrentar o "caos informacional" da desinformação e da violência política e de gênero.

"Achar que vai resolver o problema é ingenuidade, mas o projeto de lei tende a contribuir com um marco regulatório mais positivo para um ambiente mais saudável para o exercício do jornalismo", complementa.

Para o professor titular da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e jornalista Eugênio Bucci, mesmo que o governo Bolsonaro tenha diretamente tomado parte na propagação de desinformação e no estímulo aos ataques de ódio à imprensa, os danos não são irreversíveis.

"Tivemos perdas, é evidente. Mas são perdas que podem ser superadas, e existe uma abertura, uma brecha pela qual podemos restabelecer o exercício da liberdade de expressão, da organização das redações", analisa.

"É claro que, se o poder democrático perder tempo e não tiver clareza, tudo isso será mais difícil. Mas a brecha, a abertura histórica para isso está aí", afirma Bucci.

### **PL das Fake News e liberdade de expressão**

Em discussão na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 2630/2020, mais conhecido como PL das Fake News, estava marcado para ir a plenário nesta terça-feira, mas foi retirado da pauta após pedido do relator, Orlando Silva (PCdoB-SP), para que haja mais tempo para discussões. O texto visa regulamentar as big techs, responsáveis pelas redes sociais, para que haja maior transparência de moderação e controle de envio de fake news e mensagens de ódio.

Professor de Teoria da Comunicação e de Jornalismo, Direito e Liberdade da Escola Superior de Publicidade e Marketing (ESPM), Ricardo Gandour diz que a eclosão das mídias sociais mudou o paradigma da divulgação de informações, antes monopolizado pelos veículos de imprensa, que colocavam um filtro antes da publicação de uma notícia.

"O ato de publicar se tornou algo quase que impensado por muitas pessoas. Hoje, publicar algo é muito fácil, a barreira de entrada para as publicações caiu a zero", aponta.

Apesar dos ataques nos últimos tempos a jornalistas, a liberdade de expressão de imprensa hoje é plena, considera Gandour. Para o especialista, no entanto, essa liberdade não significa levar a público informações não checadas, já que indivíduos têm alcances comparáveis aos de veículos analógicos.

"A palavra regulação pode soar forte ou complicada, mas é preciso alguma instância de governança mais adequada. As big techs que possibilitam essa aceleração da disseminação de informações têm que assumir um papel mais ativo, de governança editorial. Elas têm que se assumir como empresas de mídia", analisa.

#### **Regulação e transparência das redes sociais**

De acordo com Geane Alzamora, professora de Comunicação Social da UFMG, a liberdade de expressão, se for trabalhada sem responsabilidade, pode desembocar em discurso de ódio. Segundo ela, no entanto, a polarização dos embates políticos nos últimos anos tem sido utilizada pelas big techs como modelo de negócio.

"Quanto maior for a polarização, maior a atividade comunicacional gerada. Como isso é um negócio, não é imputado a uma responsabilização daquilo que é veiculado", diz ela. "As plataformas têm responsabilidade social, têm deveres. Elas têm que prestar contas disso."

Tanto Alzamora, da UFMG, quanto Eugênio Bucci, da USP, concordam que é preciso uma maior transparência quanto aos algoritmos utilizados pelas mídias sociais, para que se saiba qual tipo de conteúdo é priorizado para visualização de usuários específicos.

Como lembra Bucci, o debate está sendo feito de forma global. Na União Europeia, os conglomerados deverão fornecer a pesquisadores e autoridades, por exemplo, o acesso a algoritmos, além de passar por auditorias.

"O problema dos algoritmos, e que requer dramaticamente regulamentação e regulação, é que eles são opacos. A opinião pública, a autoridade pública, o Estado Democrático, não sabem como eles funcionam e como eles distribuem certos discursos e inibem outros. Que juízo de valor automatizado está em marcha hoje no debate público?", questiona o pesquisador.

Data da notícia: **04/05/2023**

**Título: Câmara aprova equidade salarial entre homens e mulheres; texto vai ao Senado**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/04/camara-aprova-equidade-salarial-entre-homens-e-mulheres-texto-vai-ao-senado>

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira (4), a proposta de autoria do governo Lula (PT) que prevê equidade salarial para homens e mulheres no mercado de trabalho. Somente o partido Novo orientou os parlamentares a votarem contra a medida, enquanto o PL liberou a bancada para que os deputados decidissem como votar. Todas as outras siglas (PT, PSB, PDT, PSOL, Rede, PCdoB, PV, MDB, PSDB, PP, PSD, PSC, Republicanos, Podemos, Cidadania e União) defenderam a aprovação da proposta.

O texto é o Projeto de Lei (PL) 1085/23, que foi enviado pelo Executivo federal ao Congresso Nacional no Dia Internacional da Mulher, o 8 de março, quando Lula assinou o texto. Na

Câmara, a medida recebeu 325 votos favoráveis e 36 contrários. Agora o PL precisará ser analisado pelo Senado. Se receber sinal verde nessa segunda fase de apreciação, será enviado à sanção para ser convertido em lei.

A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para estipular medidas que buscam garantir a igualdade salarial nas empresas nos contextos em que homens e mulheres exerçam a mesma função. Entre outras coisas, estão previstos no texto mecanismos de transparência, fiscalização permanente e aplicações de sanções administrativas para eventuais infratores. O PL define ainda que casos de discriminação por motivos de sexo, etnia, raça, idade ou origem resultarão em uma multa administrativa que pode chegar a dez vezes o valor do novo salário devido ao trabalhador que tiver sido vítima.

Eventuais reincidências devem contar com multa dobrada, segundo o texto. Ainda de acordo com o relatório aprovado, as referidas multas não excluem a possibilidade de a mulher receber indenização por danos morais, devendo ser considerada a singularidade de cada caso a ser analisado. Já os protocolos de fiscalização da eventual nova lei deverão ser fixados em um ato posterior do Poder Executivo.

Data da notícia: **04/05/2023**

**Título: Retorno do Conselho marca volta da sociedade civil ao debate sobre desenvolvimento do Brasil**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/04/retorno-do-conselhao-marca-volta-da-sociedade-civil-ao-debate-sobre-desenvolvimento-do-brasil>

A refundação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) simboliza um processo de retomada da participação social nas decisões de governo que pode ser considerado histórico para o Brasil.

Ao Brasil de Fato, integrantes do novo Conselho, como é apelidado o grupo, reafirmam que o país volta a considerar a diversidade brasileira no debate político e a garantir escuta à sociedade na elaboração de políticas públicas.

Nalu Faria, da Marcha Mundial das Mulheres e integrante do CDESS, afirma que a inclusão da sustentabilidade nas pautas do coletivo é sinal que o governo busca uma reconstrução

ampla da democracia. Segundo ela, a disposição do poder público é um ponto de partida importante para o diálogo.

“É importante que um espaço como esse, mesmo que ele seja tão heterogêneo, permite um diálogo e tem um ponto de partida para esse diálogo, que é um governo que está se propondo a mudar o Brasil. Nós debatemos tanto isso durante a pandemia, como as dimensões econômica e social são inseparáveis. Nesse sentido, um espaço de diálogo como este é importante para explicitar os debates e buscar construir visões comuns, assim como para lidar com as tensões.”

Ayala Ferreira, da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e também conselheira afirma que a recriação do Conselho representa um momento ímpar para o projeto de desenvolvimento nacional. Segundo ela, o movimento tem expectativa de que o espaço represente o diálogo com a diversidade sem abrir mão de princípios estruturais.

"O ato de hoje foi de retomada com força do Conselho, representando setores do empresariado, movimentos sociais do campo, como o MST, movimento sindical, instituições de pesquisa e uma gama de sujeitos que representam essa diversidade que compõe os setores da sociedade brasileira. O grande esforço do conselho é pensar o desenvolvimento econômico, cuidando dessas dimensões sociais e enfrentando profundas desigualdades, tendo a agenda ambiental como bases e pilares de sustentação.”

Há vinte anos, quando a primeira versão do fórum foi criada, o Brasil nunca havia passado pela experiência de colocar a sociedade civil tão próxima das ações do poder público. Na ocasião, alguns desafios econômicos como a hiperinflação já tinham sido superados, mas a desigualdade ainda era expressiva.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados de 2000 a 2003 apontam que 32,6% dos municípios brasileiros tinham mais da metade da população vivendo na pobreza. O país era a oitava nação mais desigual do planeta.

Nesse cenário, a participação social foi essencial para uma agenda de desenvolvimento. Ela representou um dos elementos da equação que tirou o Brasil do mapa da fome e diminuiu a extrema pobreza em 75% até 2014, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU).

De certa forma, a realidade que recebe o novo Conselho se assemelha à de vinte anos atrás. Após os desmontes e desfinanciamentos promovidos desde o golpe contra Dilma Rousseff (PT) e potencializados no governo de Jair Bolsonaro (PL), mais de 33 milhões de pessoas passaram a viver em insegurança alimentar e quase 30% da população têm renda domiciliar per capita inferior a R\$ 497 mensais, como mostra um estudo da Fundação Getúlio Vargas.

Raimundo Bonfim, coordenador geral da Central de Movimentos Populares e membro do CDESS afirma que o papel da sociedade civil na reconstrução do país tem importância ainda maior após quatro anos de gestão conservadora em que os espaços de consulta à população foram extintos.

“Sobretudo após um governo de viés autoritário, que levou o país ao mapa da fome, é muito importante a retomada desse espaço de diálogo, de debate com a sociedade. São representações que têm diferentes visões da política, da economia, da questão social e ambiental. Mas é nesse debate divergentes que podemos construir um pacto no sentido de elaborar e formular políticas públicas para o desenvolvimento econômico, para a geração de emprego, para o combate à fome, a inclusão social.”

Sérgio Nobre, presidente da Central Única dos Trabalhadores e também membro do Conselho concorda que o fortalecimento da democracia só é possível com participação popular.

“Não existe governo democrático sem participação popular, sem participação social e o Conselho representa exatamente isso: a influência da sociedade organizada nas decisões do governo federal. É mais um compromisso do presidente Lula com o povo brasileiro assumido durante a campanha de 2022, que se torna realidade”.

O Conselho tem mais de 240 integrantes entre representantes de movimentos populares, do empresariado, de organizações de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente e também do mercado. Ele é presidido por Lula, e conta ainda com o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) como representantes do governo.

Data da notícia: **08/05/2023**

## **Título: Lula recria Brasil Sorridente, programa de saúde bucal do SUS**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/08/lula-recria-brasil-sorridente-programa-de-saude-bucal-do-sus>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou nesta segunda-feira (8) o Projeto de Lei que inclui a Política Nacional de Saúde Bucal na Lei Orgânica da Saúde. Na prática, a medida recria o programa Brasil Sorridente, lançado pelo próprio Lula em 2004 e desidratado nos últimos anos, especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

A legislação, aprovada pelo Congresso em novembro de 2022, garante acesso universal aos serviços de saúde bucal por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir de agora, governos municipais e estaduais, além do Governo Federal, devem manter orçamento para esse tipo de atendimento.

A nova versão do Brasil Sorridente prevê investimentos públicos de cerca de R\$ 136,9 milhões para contratação de 3.685 novas equipes de saúde bucal, que atuarão em todos os estados do país e no Distrito Federal, com foco em locais onde há vazios assistenciais. Com isso, serão mais de 33 mil equipes ativas. Segundo a ministra da Saúde, Nísia Trindade, a meta é chegar a 100 mil ainda neste mandato presidencial.

Segundo dados do Ministério da Saúde, mais de 10 milhões de pessoas que não tinham acesso a serviços públicos de saúde bucal passarão a ser atendidas, totalizando 111,6 milhões de pessoas cobertas. Pelo menos 85 municípios terão equipes da área pela primeira vez.

Os serviços são oferecidos em Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Saúde da Família (USF), Unidades Odontológicas Móveis (UOM), Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e hospitais. O programa tem ainda os Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD).

"Estamos empenhados na reconstrução de programas fundamentais que vêm desde o primeiro governo do presidente Lula", destacou a ministra da Saúde, que apontou, ainda, que um dos principais objetivos é garantir o combate ao câncer bucal, que atinge cerca de 12 mil pessoas no Brasil todos os anos, causando cerca de 6 mil mortes.

Além dos atendimentos das equipes, o programa prevê atenção a questões como qualidade dos alimentos e da água, que têm influência direta na saúde bucal. Além disso, Lula disse que fez questão de garantir que haja visitas de dentistas a instituições de ensino para orientar crianças em idade escolar.

"O Brasil Sorridente é uma coisa extraordinária, porque recupera não o sorriso, recupera a dignidade, o orgulho do ser humano", disse o presidente, sendo fortemente aplaudido. "Tudo isso, para mim, é investimento. Não me fale em gasto, porque tratar da saúde do povo é investimento. Um cidadão com saúde é muito produtivo que um cidadão doente, sem força, sem qualidade para prestar um serviço que ele gostaria de prestar", prosseguiu.

Data da notícia: **08/05/2023**

**Título: Trabalhadores da educação paralisam atividades em Pernambuco e pedem reajuste do piso salarial**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/08/trabalhadores-da-educacao-paralisam-atividades-em-pernambuco-e-pedem-reajuste-do-piso-salarial>

Em Pernambuco, os trabalhadores da educação realizam dois dias de paralisação em toda a rede estadual de ensino, nestas segunda e terça-feira, 8 e 9 de maio.

O movimento, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) faz parte da campanha salarial educacional 2023 e exige do governo estadual o reajuste do piso salarial do magistério - que em 2023 é de 14,95% - em toda a carreira da educação pública estadual.

Também nesta segunda-feira (8), haverá a Vigília da Educação, um protesto em frente à Secretaria de Administração (SAD), entre às 15h e 18h, para dar apoio à Comissão de Negociação do Sindicato que estará reunida com o governo. Na terça (9), às 9h, o sindicato realiza uma assembleia geral para discutir os termos da negociação com o Governo.

Na quarta e quinta-feira (10 e 11), o Sintepe participa de um seminário com outros sindicatos da educação pública para tratar do monitoramento do uso dos recursos do Fundeb. Já na sexta-feira (12), às 14h, no Auditório G2, da Unicap, realizará mais um debate sobre a Antirreforma do Novo Ensino Médio, lançando o Comitê contra a Antirreforma do NEM. A

atividade contará com a presença da senadora Teresa Leitão (PT) e do presidente da CNTE, Heleno Araújo.

Ainda na segunda rodada de negociações entre Sindicato e Governo, ocorrida no dia 14 de abril, a Secretaria de Educação propôs reajustar o piso salarial do magistério apenas para aqueles professores e professoras que estão abaixo do valor (R\$ 4.420,55), o que atingiria uma mínima parte dos professores concursados e que estão em sala de aula há mais tempo. Mesmo assim, o reajuste só viria em parcelas a partir de outubro.

Aposentados e funcionários da Secretaria de Educação ficariam de fora. A proposta do governo foi rechaçada em assembleia da categoria no mesmo dia.

Procurada pela equipe do Brasil de Fato, o Governo do Estado respondeu em nota que "por meio da Secretaria de Administração, informa que mantém um diálogo aberto com os sindicatos de todas as categorias. A SAD comunica, ainda, que segue em negociação com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe). A Secretaria de Educação e Esportes reafirma o compromisso de manter o pleno funcionamento das escolas, sem qualquer prejuízo para os estudantes em relação ao calendário escolar do ano letivo de 2023".

Data da notícia: **08/05/2023**

**Título: Agronegócio vai ao STF para impedir mudança na lei da Reforma Agrária**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/08/agronegocio-vai-ao-stf-para-impedir-tentativa-de-mudar-a-lei-da-reforma-agraria>

O agronegócio, através da Confederação Nacional da Agricultura, foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar cercear a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para isso, protocolou pedido para se juntar formalmente às discussões sobre uma pauta que tramita no STF desde o ano 2000, ainda durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e que ainda não foi julgada - e nem há previsão para que isso aconteça.

O caso foi reaberto em abril, no contexto da Jornada de Lutas do MST. A CNA pediu para ingressar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2213 na condição de *amicus curiae*, expressão em latim que significa, literalmente, "amigo da Corte". Essa condição é dada a instituições que podem fornecer dados e informações ao judiciário em determinados julgamentos.

A ADI 2213, proposta pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) visava suspender os efeitos de trechos da Lei 8.629/1993, a Lei da Reforma Agrária.

Isto porque, em seu artigo 6º, a Lei afirma que imóveis que passaram por "invasão" não serão vistoriados, avaliados ou desapropriados nos dois anos seguintes à desocupação. Na prática, isso significa que terras que foram ocupadas por movimentos populares não poderão ser desapropriadas pelo poder público para que cumpram sua função social. É bom lembrar que a mesma lei determina que as propriedades devem cumprir funções produtivas, ambientais, trabalhistas e sociais.

Citando notícias veiculadas recentemente na imprensa sobre ocupações (e relacionando a volta de Lula à presidência com um suposto aumento dos conflitos no campo), a CNA, então, acionou o Supremo em abril deste ano para solicitar a participação como *amicus curiae*. "Agora, novamente se observa uma explosão da tomada forçada de imóveis rurais com fins políticos e ideológicos, com invasões ocorrendo na Bahia, na região do Pontal do Paranapanema, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul", diz trecho do pedido enviado pela entidade ao STF.

Em resposta, a Associação Brasileira da Reforma Agrária (Abra), fez pedido semelhante, e também solicitou a participação como *amicus curiae*. A entidade, criada em 1967, atua desde então para promover a concretização da reforma agrária no país. O advogado Diego Vedovatto, que representa a entidade, disse ao Brasil de Fato que o objetivo é apresentar ao STF entendimentos diversos, especialmente em relação à função social da propriedade.

"A CNA, além de pedir ingresso na condição de amigo da corte, pediu uma tutela liminar, com um conjunto grande de pedidos, que foram amplamente noticiados na mídia, para suspensão de redes sociais de vários movimentos sociais, instauração de inquéritos em diversos órgãos, sendo que ela não é parte no processo. Ela não é autora nem ré na ação. Considerando essa repercussão, a Abra também pediu a habilitação na condição de *amicus curiae*", explicou.

A ação, no momento, está sob a relatoria do ministro Nunes Marques, indicado por Jair Bolsonaro ao Supremo. Ele aceitou os pedidos das duas entidades, que foram formalmente integradas ao processo na condição de "amigas da corte". Cabe agora ao ministro dar andamento ao processo, e ambas podem ser ouvidas. Porém, a assessoria de imprensa do STF informou ao Brasil de Fato que não há previsão para que esse andamento ocorra.

"Essa ação tramitou e está andando no Supremo há mais de 20 anos. No contexto das mobilizações de abril, a CNA, ao nosso ver, de forma inadequada, fez um pedido de *amicus curiae* fora do momento adequado para fazer, ela deveria ter feito isso antes, no passado", afirmou Vedovatto.

O advogado disse que a entidade espera que o STF reafirme que ocupações acontecem para chamar atenção do poder público e da sociedade sobre ilegalidades nos imóveis onde acontecem, e que não há qualquer crime quando elas ocorrem. As mobilizações de abril deste ano são exemplo disso: não houve registro de confrontos, pessoas feridas ou danos a propriedades.

"E essa é a diferença entre invasão e ocupação: invasão é quando há o que a gente no Direito chama de *animus domini*, a vontade, desejo de se apropriar da terra. Os trabalhadores organizados, movimentos sem terra, movimentos sindicais, movimentos religiosos, eles não visam se apropriar da terra. Eles visam chamar atenção dos órgãos responsáveis pela política fundiária para necessidade de fiscalização desses imóveis e assentamento das famílias que vivem numa condição de extrema vulnerabilidade econômica e social", complementou.

Data da notícia: **09/05/2023**

**Título: Morre aos 37 anos David Miranda, ativista e ex-deputado federal.**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/morre-aos-37-anos-o-deputado-federal-david-miranda/>

Morreu, nesta terça-feira 9, o ex-deputado federal David Miranda (PDT), aos 37 anos. Miranda estava hospitalizado desde agosto do ano passado, por conta de um quadro grave de infecção e inflamação gastrointestinais.

O falecimento foi confirmado pelo jornalista Glenn Greenwald, marido de David, nas redes sociais.

Nascido na favela do Jacarezinho, Miranda perdeu a mãe aos cinco anos. Trabalhou, na juventude, engraxando sapatos e limpando prédios. Sua vida mudou quando, segundo ele mesmo contou em várias entrevistas, em 2005, quando derrubou a caipirinha de um turista enquanto jogava futevôlei na praia de Ipanema e acidentalmente. Esse turista era Glenn Greenwald, seu marido desde então.

Em 2014, David se formou na ESPM, escola de publicidade e marketing do Rio de Janeiro. Dois anos depois, em 2016, foi eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro em 2016, tornando-se o primeiro parlamentar abertamente gay do município.

Em 2019, tornou-se deputado federal ao assumir a cadeira de Jean Wyllys (PSOL), que deixou o Brasil em meio a ameaças de morte. No Congresso, se viu novamente como o único deputado abertamente LGBT. Na vida pública, lutou pela causa LGBTQIA+ e contra a violência policial. Era também conhecido por seu ativismo em prol da privacidade na era digital.

Deixa dois filhos e mais de duas dezenas de cães resgatados.

Data da notícia: **10/05/2023**

**Título: Novo Bolsa Família: comissão aprova R\$ 50 extras para lactantes e consignado do BPC**

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:  
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/10/novo-bolsa-familia-comissao-aprova-r-50-extras-para-lactantes-e-consignado-do-bpc.ghtml>

A comissão mista do Congresso aprovou nesta quarta-feira (10) a Medida Provisória (MP) do Novo Bolsa Família. O texto, que está em vigor, ainda precisa ser aprovado pelos plenários da Câmara e do Senado antes de virar uma lei permanente.

Os parlamentares acrescentaram as seguintes mudanças ao texto original, do Planalto:

Permitir que beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) usem até 35% do valor do auxílio para empréstimos consignados, sendo 30% somente para empréstimos e financiamentos e 5% para despesas do cartão de crédito. Foi imposto um intervalo de cinco dias úteis para cada operação com objetivo de evitar gastos "impulsivos" e reduzir a "pressão" das empresas sobre os clientes. Têm direito ao BPC (valor de um salário mínimo) idosos ou pessoas com deficiência que não podem se sustentar ou ser ajudadas pela família. O texto não autoriza famílias do Bolsa Família a contratarem empréstimo com desconto direto no benefício;

O relator, deputado Dr. Francisco (PT-PI), abriu brecha para que o governo desconsidere, na hora de calcular a renda das famílias que querem receber o Bolsa Família, parte dos valores obtidos por meio do BPC;

Deputados e senadores aprovaram também R\$ 50 extras para mulheres que estejam amamentando os filhos, o que vai gerar impacto orçamentário de R\$ 229,67 milhões por ano.

Quando editou a MP, o governo previu que o programa teria um impacto de R\$ 175,7 bilhões no orçamento público e atenderia 21 milhões de famílias.

O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) solicitou que o valor total da mensalidade do BPC fosse excluído para cálculo da renda dos candidatos ao Bolsa Família. O impacto da medida seria de R\$ 19 bilhões.

Se um idoso ou deficiente recebe um salário mínimo pelo BPC, com essa complementação de renda podem não preencher os requisitos para entrar no Bolsa Família. Atualmente, a lei obriga a inclusão do BPC neste caso.

O relator, deputado Dr. Francisco, negociou um meio termo, abrindo a possibilidade de que uma parte do BPC saia da base da renda da família que vai se inscrever no Bolsa. Caberá ao governo definir quanto poderá ser desconsiderado.

Eventuais mudanças feitas pelo Congresso só começarão a valer após concluídas todas as etapas de votação do parlamento. Os trechos editados pela Presidência já estão valendo.

### **Quem tem direito ao Bolsa Família?**

- Cada integrante da família tem direito a R\$ 142, isso vale para todos os beneficiários;

- Com a soma, cada família deverá receber ao menos R\$ 600 por mês;
- R\$ 150 adicionais para cada criança de até 6 anos;
- R\$ 50 adicionais para crianças com mais de 7 anos e jovens com menos de 18, gestantes e mulheres que estejam amamentando;
- Esses valores são cumulativos. E o governo terá que corrigi-los, no máximo, em dois anos.
- O texto prevê também o "benefício extraordinário de transição" que atende às famílias que recebiam anteriormente o Auxílio Brasil, o programa de transferência de renda do governo de Jair Bolsonaro.
- Os pagamentos do novo Bolsa Família começaram em março com valor médio de R\$ 670.

### **Condicionantes**

Os beneficiários vão ter que arcar com contrapartidas:

- manter crianças de 4 a 5 anos com frequência escolar mínima de 60%;
- manter 75% de frequência escolar mínima para jovens de 6 a 18 anos de idade e para quem não concluiu a educação básica;
- fazer o acompanhamento pré-natal (no caso de gestantes);
- acompanhamento da alimentação da criança até 6 anos;
- manter as carteiras de vacinação atualizadas da família inteira.

Data da notícia: **10/05/2023**

**Título: Senado aprova projeto que equipara a terrorismo ações de organizações criminosas**

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/10/senado-aprova-projeto-que-equipara-a-terrorismo-acoes-de-organizacoes-criminosas.ghtml>

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por 20 votos a 1, nesta quarta-feira (10) projeto que equipara a terrorismo determinadas ações de organizações criminosas.

O objetivo do projeto é punir com mais rigor as ações de grupos criminosos especificadas na proposta, com penas que podem chegar a 30 anos de reclusão.

O texto, de autoria do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), foi aprovado pela CCJ em caráter terminativo. Ou seja, se não for apresentado recurso para votação no plenário principal do Senado, seguirá diretamente para análise da Câmara dos Deputados.

O projeto foi aprovado conforme versão proposta pelo relator, o senador Jorge Kajuru (PSB-GO).

De acordo com a proposta, que altera a lei antiterrorismo, serão consideradas terrorismo as seguintes condutas praticadas por grupos criminosos que:

- criem obstáculos ou limitem a livre circulação de pessoas, bens e serviços para exercer poder paralelo em determinada região ou zona territorial urbana ou rural. Não serão enquadrados nesse caso movimentos sociais, religiosos, sindicais, políticos e de categorias profissionais
- estabeleçam, mediante violência ou grave ameaça, monopólios e oligopólios em determinada região ou zona territorial urbana ou rural
- forcem, mediante violência ou grave ameaça, alguém ao pagamento de dinheiro ou qualquer tipo de vantagem como condição para o exercício de uma atividade econômica
- exerçam, mediante violência ou grave ameaça, outro tipo de controle social ou poder paralelo sob determinada região ou zona territorial urbana ou rural em prejuízo das liberdades individuais

Pelo texto, são consideradas organizações criminosas:

- grupos formados por 3 ou mais pessoas para a prática de crimes;
- milícias.

O texto prevê que as penas para os líderes das organizações poderão ser até dobradas.

"Já é passada a hora de o Estado brasileiro endurecer o tratamento à atuação de grupos criminosos organizados que, na prática, realizam condutas semelhantes à de atos terroristas", afirmou o relator Jorge Kajuru.

"A capacidade de atuação desses grupos [facções criminosas] impede qualquer tipo de reação por parte da população, que fica refém do controle por elas exercido. Da mesma

forma, as milícias, a pretexto de se identificarem como mantenedores da ordem, também empregam violência, controlam o comércio e a prestação de serviço nas comunidades", completou o senador do PSB.

Kajuru disse que, durante a elaboração do relatório, sofreu pressões de diferentes setores, inclusive do governo, para alterar pontos ou até mesmo deixar a relatoria. Os líderes Jaques Wagner (PT-BA), do governo no Senado, e do PT, Fabiano Contarato (PT-ES), no entanto, declararam voto a favor do relatório de Kajuru.

Outros pontos

A proposta aprovada também:

aumenta– de 3 a 10 anos, para 5 a 10 anos – a pena de reclusão para o crime de associação para o tráfico de drogas.

amplia a punição – de 4 a 8 anos, para 5 a 10 anos – para o crime de formação de milícia.

Além disso, aumenta as multas para quem comete esses crimes.

Data da notícia: **10/05/2023**

**Título: Telegram cumpre ordem do STF e apaga mensagem que atacava PL das Fake News**

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:  
<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/05/10/telegram-envia-mensagem-determinada-pelo-stf-e-apaga-anterior.ghtml>

O Telegram cumpriu nesta quarta-feira (10) uma ordem do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a remoção de uma mensagem enviada aos usuários da plataforma que atacava o PL das Fake News.

O Judiciário obrigou ainda o Telegram a disparar uma nova mensagem informando que o comunicado anterior caracterizava "flagrante e ilícita desinformação".

“Por determinação do Supremo Tribunal Federal, a empresa Telegram comunica: A mensagem anterior do Telegram caracterizou FLAGRANTE e ILÍCITA DESINFORMAÇÃO atentatória ao Congresso Nacional, ao Poder Judiciário, ao Estado de Direito e à Democracia Brasileira, pois, fraudulentamente, distorceu a discussão e os debates sobre a regulação dos provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada (PL 2630), na tentativa de induzir e instigar os usuários a coagir os parlamentares”, diz o texto.

Às 13h04 desta quarta, o blog do colunista Valdo Cruz informou que o ministro Alexandre de Moraes determinou que se o Telegram não apagasse a mensagem com críticas ao PL das Fake News, a empresa poderia ser multada, e ter o aplicativo suspenso por 72 horas.

A plataforma cumpriu a decisão às 15h06 desta quarta.

### **A decisão de Moraes**

A decisão assinada por Alexandre de Moraes foi tomada no âmbito do inquérito das fake news, que tramita no Supremo Tribunal Federal.

Moraes afirma no despacho que, como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), chegou a se reunir com representantes de plataformas no Brasil para discutir "o perigo da instrumentalização criminosa" dos provedores de redes sociais e de serviços de mensagem privada.

"Com absoluto respeito à liberdade de expressão, as condutas dos provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada e seus dirigentes precisa ser devidamente investigada, pois são remuneradas por impulsionamentos e monetização, bem como há o direcionamento dos assuntos pelos algoritmos, podendo configurar responsabilidade civil e administrativa das empresas e penal de seus representantes legais", diz Moraes no documento.

Moraes também afirma, no texto, que o Telegram é "reincidente em práticas que, por ação ou omissão, permitem a proliferação criminosa de mensagens fraudulentas".

### **A mensagem do Telegram**

A mensagem enviada pelo Telegram na terça-feira (9), que foi apagada após ordem do STF, dizia que "o Brasil está prestes a aprovar uma lei que irá acabar com a liberdade de expressão".

O texto em tom alarmista diz respeito ao projeto de combate às fake news tramita na Câmara dos Deputados. Na semana passada, o PL chegou a ser incluído na pauta, mas não foi votado, diante da falta de consenso.

**Em linhas gerais, o projeto prevê:**

- obriga que provedores sejam representados por pessoa jurídica no Brasil;
- criminaliza a divulgação de conteúdos falsos por meio de contas automatizadas, as chamadas contas-robô;
- responsabiliza os provedores pelos conteúdos de terceiros cuja distribuição tenha sido impulsionada por pagamento;
- determina que as plataformas digitais mantenham regras transparentes de moderação;
- determina a retirada imediata de conteúdos que violem direitos de crianças e adolescentes;
- estabelece remuneração pelo conteúdo jornalístico utilizado por provedores;
- estende a imunidade parlamentar às redes sociais;
- deixa claro que a liberdade de expressão é direito fundamental dos usuários dos provedores e que as proibições presentes na lei não podem restringir: o livre desenvolvimento da personalidade individual; a livre expressão; e a manifestação artística, intelectual, de conteúdo satírico, religioso, político, ficcional, literário ou qualquer outra forma de manifestação cultural.

Data da notícia: **11/05/2023**

**Título: Nova fase da operação da PF contra golpistas mira financiadores do 8 de Janeiro.**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/nova-fase-da-operacao-da-pf-contr-golpistas-mira-financiadores-do-8-de-janeiro/>

A nova fase da Operação Lesa Pátria deflagrada nesta quinta-feira 11, cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços ligados aos suspeitos de financiarem os atos golpistas do 8 de Janeiro. Esta é a 11ª fase da operação e teve como alvo os financiadores e

incitadores dos atos de vandalismo em Brasília. O bloqueio determinado pode chegar até 40 milhões de reais.

Segundo a Polícia Federal, estão sendo cumpridos 22 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Supremo Tribunal, em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. A identidade dos alvos desta fase da operação ainda não foram reveladas.

A informação inicial é que, entre os alvos da operação, estão produtores rurais, empresários e CACs (colecionadores de armas, atiradores ou caçadores esportivos). O apontamento é de que eles teriam feito doações ou bancado ônibus das caravanas de golpistas de outros estados que foram a Brasília naquele 8 de janeiro.

O foco da operação desta quinta-feira, diz a PF, é garantir o ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público. A estimativa inicial apontava que os atos de terrorismo tinham causado um prejuízo superior a 20 milhões de reais.

Nesta quinta, informa a corporação, não foram cumpridos mandados de prisão preventiva. Na fase anterior, a PF prendeu 16 pessoas. Entre elas estavam militares, incluindo o coronel da Polícia Militar de Goiás Benito Franco.

De acordo com a PF, Os alvos desta 11ª fase da Lesa Pátria também são investigados pelos "crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido".

Data da notícia: **11/05/2023**

**Título: 'A gente quer ouvir o povo', diz Lula ao lançar programa que discutirá prioridades do governo**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/11/a-gente-quer-ouvir-o-povo-diz-lula-ao-lancar-programa-que-discutira-prioridades-do-governo>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta quinta-feira (11) que o Governo Federal pretende "ouvir o povo" na hora de estabelecer ações prioritárias para os próximos anos. Lula participou, em Salvador, da primeira de uma série de plenárias que vai passar por todos os estados para ouvir a sociedade civil para elaboração do Plano Plurianual (PPA), que vai determinar as prioridades do governo para o período entre 2024 e 2027.

O presidente disse que a capital baiana foi escolhida para abrir a série de encontros devido à atuação recente do poder público do estado, que tem dado "grandes exemplos de participação social" na construção de seus planos plurianuais e nos orçamentos participativos.

"A gente quer ouvir o povo porque nós queremos dar prioridade nas coisas sociais. Eu quero que vocês compreendam que nem tudo que vocês sugerem vai ser aprovado. Às vezes nada, porque quem vai aprovar é o Congresso Nacional. Mas o Congresso tem que saber que o orçamento não é só do governo, o orçamento tem o dedo do povo, e quando tem o dedo do povo é preciso respeitar as mudanças que se quer fazer", afirmou o presidente.

Lula disse que quer levar o PPA "para mais longe". Para isso, afirmou que conta com a sociedade civil para que proponham discussões sobre o tema dentro de suas comunidades. O plano está aberto para receber colaborações de todos os cidadãos.

"A gente está colocando o povo para dizer o que vocês querem que a gente faça no governo brasileiro e onde a gente aplica o dinheiro que a gente arrecadou de vocês. A primeira vez que nós fizemos isso foi na cidade de Porto Alegre. E o orçamento participativo virou modelo mundial", comentou o presidente, citando o exemplo do ex-prefeito da capital gaúcha e ex-governador do Rio Grande do Sul Olívio Dutra, que lançou o programa

### **O PPA participativo**

A plenária desta quinta foi a primeira de uma série de eventos para ouvir representantes da sociedade na elaboração do PPA 2024-2027, instrumento oficial que define as prioridades do Governo por um período de quatro anos.

Lula e sua equipe querem fazer deste "o mais participativo dos PPAs". Por isso, além das plenárias estaduais, foram lançadas outras duas formas de participação: a plataforma digital, que permite participação direta de todos os cidadãos e os Fóruns Interconselhos, que reúnem conselhos nacionais em diferentes setores.

Além do evento de Salvador, o primeiro bloco de plenárias presenciais inclui Aracaju (Sergipe) nesta quinta; Maceió (Alagoas) e Recife (Pernambuco), na sexta; e João Pessoa (Paraíba), no sábado. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; e o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, vão participar de todas as atividades.

Data da notícia: **12/05/2023**

**Título: No Ceará Lula lança programa para aumentar matrículas em tempo integral**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/no-ceara-lula-lanca-programa-para-aumentar-matriculas-em-tempo-integral/>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou, nesta sexta-feira 12, em Fortaleza, no Ceará, o programa Escola em Tempo Integral. A intenção é aumentar em mais de um milhão o número de estudantes matriculados neste modelo de ensino, além de implementar a educação integral em 50% das escolas públicas do País.

Para a instalação do programa, segundo o governo federal, foram destinados 4 bilhões de reais, que serão repassados para que estados e municípios aumentem o número de vagas integrais. A iniciativa é permitir que os estudantes permaneçam 7 horas ou mais nas instituições.

“É muito importante quando uma mãe ou um pai deixa uma criança numa escola de tempo integral e sabe que seu filho ou filha está bem cuidado. E vamos precisar de governadores, prefeitos, deputados, a sociedade atuando juntos, porque essa política não será feita sozinha”, disse Lula em meio ao anúncio.

O valor anunciado pelo governo federal deverá ser destinado para a formação de educadores, orientações curriculares, incentivo a projetos inovadores e criação de indicadores de avaliação de desempenho. O Ceará foi o estado escolhido para o lançamento do programa por ter 70% da rede pública ofertando o ensino médio em tempo integral. Antes do evento, Lula visitou uma escola referência no modelo.

Segundo o governador do estado, Elmano de Freitas (PT), o objetivo é de que até o fim de seu mandato, 100% das escolas de ensino básico já tenham aderido ao ensino integral.

Ainda no evento, Lula também tratou, de forma breve, dos recentes episódios de violência nas escolas. Na declaração, reforçou a liberação de recursos via Ministério da Educação para o combate aos crimes:

“O Camilo Santana propôs 3 bilhões de reais para a gente combater a violência estimulada pela questão da utilização da internet. Alguns bandidos utilizam a internet para fazer mal, para falar bobagem. E nós vamos combater a violência nas escolas e vamos precisar de todos os prefeitos e governadores”, destacou. “Essa política não se faz sozinha”.

Data da notícia: **12/05/2023**

**Título: Fizemos mais pela educação nos últimos 4 meses do que nos últimos 4 anos, diz Lula**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.cartacapital.com.br/politica/fizemos-mais-pela-educacao-em-4-meses-do-que-nos-ultimos-4-anos-diz-lula/>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou nesta sexta-feira 12 uma medida provisória intitulada Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, a fim de reativar 3,5 mil obras paradas ou inacabadas em escolas do País.

A previsão é investir 4 bilhões de reais nas escolas até 2026. A estimativa é que a ação gere 450 mil novas vagas em instituições de ensino.

Durante a cerimônia em Crato (CE), ao mencionar a MP e outras ações, o presidente comparou seu novo mandato com a gestão anterior, de Jair Bolsonaro (PL).

“Estamos no governo há quatro meses e já fizemos pela educação mais do que em quatro anos”, afirmou.

Lula também anunciou que deve injetar 23 bilhões de reais em ações de pavimentação. “Em obras de estradas, em quatro anos foram investidos 20 bilhões de reais. Só neste ano vamos investir 23 bilhões. Em um ano vamos investir o que eles investiram em quatro”.

Participaram do evento, entre outros, o ministro da Educação, Camilo Santana; o ministro da Casa Civil, Rui Costa; o governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT); e a primeira-dama Janja da Silva.

As obras contempladas pela MP são destinadas a:

- 1,2 mil novas creches e pré-escolas;
- mil escolas de ensino fundamental;
- 1,2 mil quadras esportivas;

- 86 reformas ou ampliação;
- 40 escolas profissionalizantes.

Os recursos serão repassados por meio do Fundo Nacional de Educação, o FNDE, com aprovação de laudo técnico e documentações necessárias enviadas por estados e/ou municípios.

Data da notícia: **13/05/2023**

**Título: Lula sanciona custeio de piso da enfermagem; parlamentares pedem a STF queda de liminar**

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasilefato.com.br/2023/05/13/lula-sanciona-custeio-de-piso-da-enfermagem-p-arlamentares-pedem-a-stf-queda-de-liminar>

O presidente Lula (PT) sancionou, na sexta-feira (12), a liberação do montante de R\$ 7,3 bilhões para financiar o piso da enfermagem nos estados, municípios, Distrito Federal, entidades filantrópicas e prestadores de serviço que atendam pelo menos 60% dos seus pacientes por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Também na sexta (12), o Ministério da Saúde publicou uma portaria que regulamenta o fluxo dos repasses para cada ente federado a ser beneficiado.

A medida deve impactar um contingente de mais de 2,8 milhões de trabalhadores da categoria no país. São cerca de 693 mil enfermeiros, 450 mil auxiliares de enfermagem e 1,66 milhão de técnicos de enfermagem. As parteiras também compõem o grupo. Elas representam uma média de 60 mil profissionais distribuídas pelo país e atuam em cerca de 20% dos partos na zona rural, segundo estimativas do Ministério da Saúde (MS).

A data de sanção da liberação das verbas é a mesma em que se comemora o Dia Internacional da Enfermagem, atrelado historicamente à figura da enfermeira inglesa Florence Nightingale. A profissional nasceu em 12 de maio de 1820 e é considerada personagem pioneira no tratamento a feridos de guerra, tendo ajudado a revolucionar os serviços de saúde no âmbito da enfermagem moderna.

“Isso veio como um presente porque a gente já está esperando há muito tempo, e mais, nos dá a sensação de que estamos sendo vistos e valorizados. É um outro tempo para a enfermagem brasileira. Hoje de fato estão acontecendo coisas concretas”, afirma a presidenta da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE), Solange Caetano.

Tecnicamente, a sanção do chefe do Executivo converte em lei a proposta aprovada recentemente pelo Congresso Nacional. A norma que prevê a liberação dos valores foi elaborada pelo Palácio do Planalto em abril e enviada, na sequência, ao Legislativo, que aprovou o texto. Agora, tornou-se a Lei nº 14.434. A medida formaliza o salário de R\$ 4.700 para os enfermeiros contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 70% desse valor (R\$ 3.325) para técnicos de enfermagem e 50% (R\$ 2.375) para auxiliares e parteiras.

Tais valores são estipulados pela Lei nº 14.434, que criou o piso da enfermagem e entrou em vigor em agosto do ano passado, mas foi suspensa logo depois por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Pressionado pelo setor empresarial, o ministro Luís Roberto Barroso entendeu que a nova norma precisaria de indicação de verbas para garantir o custeio do piso e evitar uma sobrecarga nos cofres públicos.

Por conta disso, o Congresso se mobilizou para encontrar fontes de custeio que pudessem garantir a efetivação da medida. Foi assim que o Legislativo aprovou e promulgou, em dezembro, a Emenda Constitucional (EC) 127/22. A norma, de autoria do deputado Mauro Filho (PDT-CE), viabilizou os pagamentos ao prever a utilização do superávit financeiro de fundos públicos e do Fundo Social para financiar o piso.

De lá para cá, uma série de costuras políticas se desenrolou entre parlamentares e o governo Lula para tentar garantir as últimas formalizações necessárias ao cumprimento dos novos salários. Contrária à medida desde o início das discussões no Congresso, a gestão Bolsonaro sancionou a lei do piso, mas não se mobilizou para garantir custeio da medida após a suspensão por parte do STF. Com isso, o problema foi jogado para o atual governo, que editou a norma de liberação dos R\$ 7,3 bilhões e agora sancionou o texto.

### **Próximos passos**

Com a edição da Portaria nº 597 por parte do Ministério da Saúde, os diferentes atores que atuam em defesa do piso agora se mobilizam para convencer o STF a rever a liminar que suspendeu a medida.

"Nós já encaminhamos ofício ao ministro Luís Roberto Barroso pedindo uma reunião com ele e, agora, com o PLN sendo sancionado e com a edição da portaria, as regras que o ministro determinou para serem cumpridas as lacunas das fontes de custeio nós entendemos que foram cumpridas", disse ao Brasil de Fato o advogado da FNE, André Caetano.

O processo relativo ao piso da enfermagem corre no STF como Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7222, ajuizada pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde).

Desde o dia 20 de abril até agora, a Corte já recebeu quatro petições solicitando a reconsideração da suspensão do piso. Os documentos são de iniciativa dos deputados Bruno Farias (Avante-MG), Cristiane Lopes (União-RO) e Célio Studart (PSD-CE) e do senador Fabiano Contarato (PT-ES), sendo este último autor da lei do piso. Os quatro são ligados à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Enfermagem.

Data da notícia: **15/05/2023**

**Título: Lula tenta garantir que foco da declaração final do G7 seja segurança alimentar**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/15/lula-tenta-evitar-ataque-a-russia-em-reuniao-do-g7-e-deve-propor-foco-em-seguranca-alimentar>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarca nesta quarta-feira (17) para Hiroshima, no Japão, onde participa como convidado da reunião de cúpula do G7, grupo que reúne as seis maiores economias ocidentais e o Japão, de 19 a 21 de maio. Um dos objetivos principais da diplomacia brasileira é que a declaração final do encontro esteja focada em garantir segurança alimentar, principalmente entre as nações mais pobres do mundo, e não se transforme num ataque à Rússia pela guerra na Ucrânia.

Dois documentos deverão ser apresentados ao final da cúpula. O primeiro terá a posição dos sete países-membros em relação aos temas em pauta. O segundo vai englobar o posicionamento do G7 mais o dos países convidados: Brasil, Austrália, Comores, Ilhas Cook, Índia, Indonésia, República da Coreia e Vietnã, além de representantes das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, União Europeia e outras instituições.

O governo brasileiro trabalha para que essa segunda declaração reflita a visão do Brasil a respeito do conflito entre Rússia e Ucrânia e acredita que deve haver um consenso em relação à segurança alimentar, informou o embaixador Maurício Lyrio, secretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, em entrevista nesta segunda-feira (15), em Brasília.

Como a guerra provoca efeitos sobre o acesso a alimentos, uma referência inicial deverá ser feita ao conflito ucraniano. Mas o governo brasileiro negocia essa linguagem para que seja "compatível com a que o Brasil tem usado sobre o tema, inclusive defendendo a negociação de resoluções em diversas instâncias internacionais, como a própria ONU", disse Lyrio.

Em visita recente à China, Lula fez um apelo para que os Estados Unidos "parem de incentivar a guerra e comecem a falar em paz". "É preciso ter paciência com o presidente da Rússia, é preciso ter paciência com o presidente da Ucrânia. Mas é preciso, sobretudo, convencer os países que estão fornecendo armas e incentivando a guerra pararem", disse o presidente brasileiro.

### **Agenda do presidente**

Também será discutida a crise climática e a transição energética, além da ajuda internacional para a obtenção de equilíbrio energético. Além dos eventos da cúpula e das reuniões bilaterais já confirmadas, Lula vai participar da visita dos chefes de Estado e de governo a um memorial para as vítimas do ataque nuclear a Hiroshima, perpetrado pelos EUA durante a Segunda Guerra Mundial (1939-45).

Esta será a sétima participação do presidente brasileiro em cúpulas do G7. As seis primeiras ocorreram nos dois primeiros mandatos dele, entre os anos de 2003 e 2009. Dessa vez, a presença do líder brasileiro ganha um peso maior, porque o Brasil assumirá a presidência do G20 (grupo que reúne as maiores economias do mundo) no ano que vem.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, a retomada da participação do Brasil em reuniões do grupo sinaliza o engajamento do país com o G7 e marca o equilíbrio no posicionamento brasileiro em temas sensíveis do cenário internacional.

Data da notícia: **15/05/2023**

## **Título: Ministério dos Povos Indígenas se levanta contra manobra na Câmara para votar Marco Temporal**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/15/ministerio-dos-povos-indigenas-se-levanta-contr-a-manobra-na-camara-para-votar-marco-temporal>

Toda mobilização feita por diferentes povos indígenas durante o Acampamento Terra Livre, no final de abril, e as iniciativas do governo Lula em prol da proteção dos direitos indígenas parecem ter ajudado a inflamar a base ruralista na Câmara dos Deputados.

Com apoio do presidente da Casa, Arthur Lira, a Frente Parlamentar da Agropecuária decidiu priorizar um projeto que torna lei a tese do Marco Temporal. A pauta, que pode entrar em votação nas próximas semanas, possui o mesmo teor da proposta que está sendo discutida em plenário no Supremo Tribunal Federal (STF), cuja votação será retomada dia 7 de junho.

A pauta ruralista teria o efeito de validar as invasões e violências cometidas contra os indígenas antes da Constituição de 1988 e, na prática, travaria novas demarcações. No texto que ainda é válido, em seu artigo 231, as chamadas “Terras Indígenas” (TIs) são atribuídas aos locais ocupados pelos povos originários antes mesmo da configuração do estado brasileiro.

A estratégia de atropelar o julgamento do STF, tentando impor uma nova lei, é criticada pelo Ministério dos Povos Indígenas e por organizações da sociedade civil. Para o advogado Rafael Modesto, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a própria condução do processo seria inconstitucional.

“O PL 490 tem uma situação jurídica que é bastante esdrúxula do ponto de vista regimental, porque eles querem dar uma interpretação à constituição federal por meio de um PL e não por meio de uma emenda à constituição. Estão partindo do pressuposto de que o marco temporal já existe, mas o STF fala que não existe”, aponta.

Modesto ainda aponta que a manobra demonstra a força da bancada ruralista dentro do Congresso Nacional com o objetivo de ir na contramão do que deve ser decidido pelos magistrados: “É para impedir o julgamento do Supremo, porque imaginamos que a avaliação deles é de que seriam derrotados no STF. Mesmo com 10 ministros hoje, com a aposentadoria do Lewandowski, a perspectiva é votar pela manutenção do texto que está na constituição.”

## **Ministério dos Povos Indígenas organiza o contragolpe**

À frente do recém criado ministério dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, externou sua indignação com a trama. Durante audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado, no dia 10, a ministra também cobrou apoio e resistência caso a proposta avance na Câmara.

“Quantas teses jurídicas o Supremo Tribunal Federal precisará rechaçar para que a sociedade brasileira entenda que o direito dos povos indígenas não começa em 1988, mas é um direito originário?”, indagou Sônia, que também conclamou: “Aproveito a ocasião para fazer também um apelo a todas as senadores e senadores para que se mostrem sensíveis às pautas relacionadas aos povos indígenas que chegarem à essa Casa.”

Número dois da pasta, Eloy Terena, Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas, também enfatiza que a orientação do atual governo é em favor da demarcação e contra o marco temporal.

“Para nós, está muito claro que a Constituição garantiu o direito originário aos seus territórios tradicionais, determinou, inclusive, à União demarcar e proteger esses territórios. E a partir do momento que vem uma proposição que não é nova, já tramita na Casa legislativa desde 2007, mas ganha força agora por conta do julgamento que está agendado lá no Supremo Tribunal Federal, esse PL quer colocar um requisito temporal para se aferir a ocupação tradicional indígena”, contextualiza.

Terena também se queixa de que a interpretação do marco temporal é restritiva e acabará impedindo o questionamento judicial de terras que já estão consolidadas. “O Ministério dos Povos Indígenas está vendo isso com bastante preocupação, nós já nos manifestamos, como Ministério, contrários a essa tese e vamos pedir orientação a nível governamental da base do governo votar contrário ao PL 490”, conclama.

A pauta só não entrou ainda como prioridade na Câmara por uma restrição do regimento, que impede que uma nova proposta seja apreciada antes que outra com o mesmo status seja debatida no plenário. Mesmo se avançar na Casa, o projeto ainda precisaria passar pelo Senado e pela sanção presidencial, o que poderia estimular rugas entre Arthur Lira e Lula.

Segundo Modesto, que considera a tese uma “ficção jurídica”, estará na mão dos

magistrados o destino das terras indígenas, mesmo em caso de vitória dos ruralistas. “Independente de o Lira institucionalizar a pauta do marco temporal, quem vai ter a última palavra sobre essa tese será o STF, seja no julgamento envolvendo os recursos extraordinários do povo Xokleng, seja numa possível ação de controle de constitucionalidade”, pondera.

### **Pressão por terras é regional e orquestrada com governos locais**

A tese do Marco Temporal é construída em torno da disputa do povo Xokleng de Santa Catarina para demarcação de suas terras. Historicamente perseguidos e dizimados por capangas contratados pelos colonos da região até os anos 1930, os Xokleng ainda guardam memórias transmitidas oralmente por gerações.

“A gente sabe que a terra é nossa. Meus pais me criaram aqui e o problema não é nem pelos colonos, é pelo governo do estado que nos deu essa terra. A gente sabe que a história não é de 88 para cá, é muito triste quando dizem que o marco temporal tem que ser fixado desde 88 para cá”, protesta Tucun Grakan, cacique do povo Xokleng.

“A gente se sente humilhado porque nós fomos quase exterminados aqui. Algumas famílias estão lutando ainda. O povo do Alto Vale (do Itajaí) sabe que quem entrou aqui foram os descendentes de italianos e alemães que estão ainda hoje oprimindo o povo”, finaliza.

Áreas atribuídas a eles, assim como aos Kaingang e aos Guarani da terra indígena Ibirama La-Klãnõ, são pleiteadas pelo governo estadual e por proprietários rurais do entorno, cuja pressão é constante. “É claro que a gente sabe que os parlamentares de Santa Catarina sempre foram contra os povos indígenas. Desde que começou a luta, não só nas nossas terras, mas lá no oeste e em toda parte do estado, quando houve luta das comunidades indígenas, os parlamentares catarinenses sempre se levantaram contra”, reforça o cacique.

Tucun também relata o modus operandi do governo estadual, atualmente comandado por Jorginho Mello (PL), para tentar negociar a cessão de áreas sob posse dos indígenas. “Eles estão promovendo audiência sobre o Marco Temporal. (...) Estão tentando negociar conosco para que nós aceitemos ganhar uma terra em outro lugar, uma parte em dinheiro, em recursos, mas nós pertencemos aqui”, reafirma.

### **Inversões e narrativas não-indígenas**

O secretário Eloy Terena também vê com preocupação os casos de violência e intolerância em algumas regiões onde o conflito por terras é mais latente. “O grande passivo de terras que nós temos são justamente essas regiões conflituosas: Mato Grosso do Sul, sul da Bahia, sul do país. A gente está tendo todo o cuidado também de buscar formas jurídicas para garantir a efetivação do direito territorial e, ao mesmo tempo, que esses processos respeitem o direito adquirido, a segurança jurídica e o devido processo legal”, afirma o advogado sul-mato-grossense.

Lideranças indígenas também criticam argumentos utilizados pelos parlamentares ruralistas, como o de criar novas áreas produtivas e o de apaziguar os conflitos no campo. Destacando o fato de a violência ser sempre maior contra os indígenas, com inúmeros casos de assassinatos e agressões, eles apontam uma tentativa de recontar a história, invertendo as responsabilidades e criando factóides.

“Quando o Brasil foi descoberto, o índio morava em 100% das terras e, hoje, no pouquinho que ele luta para morar, eles sempre dizem que é muita terra. Mas tem muitos empresários e grandes produtores com muitas terras, que poderiam assentar muitas famílias”, justifica Tucun.

Ele também enfatiza uma narrativa que não se aplica à realidade do povo Xokleng em Santa Catarina. “Nós estamos em 10 mil hectares aqui, só que é terreno acidentado, cheio de montanhas, sem lugar para morar. Mas agora o povo está crescendo e nós, que éramos donos de tudo, estamos ameaçados”, encerra.

Data da notícia: **16/05/2023**

**Título: TSE cassa o mandato de Deltan Dallagnol, ex-procurador da Lava Jato**

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasilefato.com.br/2023/05/16/tse-cassa-o-mandato-de-deltan-dallagnol-ex-procurador-da-lava-jato>

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indeferiu nesta quinta-feira (16) o registro de candidatura do deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR). Para os ministros, Deltan pediu exoneração do cargo de procurador para evitar uma punição administrativa, que poderia torná-lo inelegível

Na prática, isso significa a cassação do mandato. Os votos recebidos por Dallagnol serão destinados ao partido.

Durante sua argumentação, o relator do processo no TSE, ministro Benedito Gonçalves, afirmou que os elementos demonstravam clara intenção de Dallagnol de fugir de uma punição administrativa. "Referida manobra impediu que os 15 procedimentos administrativos em trâmite no CNMP em seu desfavor viessem a gerar processos administrativos disciplinares, que poderiam ensejar pena de aposentadoria compulsória ou perda do cargo."

Todos os ministros votaram com o relator.

A decisão será cumprida imediatamente, sem necessidade de publicação da sentença. Deltan, que atuou como procurador da Operação Lava Jato, pode apresentar recurso ao próprio TSE e ao Supremo Tribunal Federal (STF), já fora do mandato.

O pedido de cassação foi apresentado pela federação PT-PCdoB-PV e pelo PMN. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) não aceitou o pedido, mas os partidos recorreram ao TSE.

Os partidos defendiam que Dallagnol deveria ser inelegível por conta de condenação do Tribunal de Contas da União (TCU) por gastos com diárias e passagens de outros procuradores da Lava Jato e por ter pedido exoneração do Ministério Público Federal para evitar 15 procedimentos administrativos no Conselho Nacional do Ministério Público, que poderiam levar a penas como aposentadoria compulsória ou demissão.

Dallagnol foi eleito pelo Paraná com 344 mil votos.

Data da notícia: **16/05/2023**

**Título: SP: servidores da Educação recusam proposta da Prefeitura e marcam nova paralisação**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/16/sp-servidores-da-educacao-recusam-proposta-da-prefeitura-e-marcam-nova-paralisacao>

Durante assembleia realizada na frente da Prefeitura de São Paulo, nesta terça-feira (16), os servidores municipais da Educação, que paralisaram suas atividades neste dia, recusaram a proposta de reajuste salarial apresentada pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB).

A proposta da Prefeitura, reajuste de 22,7% via subsídio, desagradou a categoria. “A remuneração por subsídio não é a mais adequada para profissionais estatutários. Ela é direcionada, basicamente, para agentes políticos, com mandatos por tempo determinado e não para os concursados”, alertou o Sindicato dos Servidores Municipais (Sindsep).

Antes da assembleia dos trabalhadores, a Prefeitura de São Paulo já havia avisado que caso os 22,7% subsidiados não fossem aceitos, a alternativa seria um reajuste de 3%, muito distante dos 16,36% pedidos pela categoria.

Ricardo Nunes ainda não apresentou proposta de reajuste para as demais categorias. Os servidores marcaram nova paralisação para a próxima terça-feira (23). Caso não haja acordo, os sindicatos consideram convocar uma greve geral.

Data da notícia: **17/05/2023**

**Título: Professores e funcionários administrativos estaduais do Rio entram em greve nesta quarta**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/17/professores-e-funcionarios-administrativos-estadua-is-do-rio-entram-em-greve-nesta-quarta>

Os professores e funcionários administrativos das escolas estaduais do Rio de Janeiro entraram em greve nesta quarta-feira (17). A mobilização foi aprovada na assembleia geral da categoria realizada na última quinta-feira (11).

Os profissionais reivindicam que o governador Cláudio Castro (PL) implemente o piso nacional do magistério para os docentes e o piso dos funcionários administrativos, tendo como referência o salário mínimo nacional.

Segundo o Sindicato estadual dos profissionais de educação do estado do Rio de Janeiro (Sepe-RJ), mais de 60 mil professores e 17 mil funcionários que trabalham nas 1.280

escolas espalhadas por todo o estado e são responsáveis pelo atendimento de mais de 700 mil alunos.

De acordo com a entidade, em reunião com a secretária estadual de Educação, Roberta Pontes, e representantes da Casa Civil, realizada na última semana, o governo apresentou seu projeto de incorporar o piso nacional do magistério.

No entanto, a proposta do governo não incorpora o piso a todas as carreiras; na verdade, o governo quer apenas reajustar os salários que estão abaixo do piso. Com isso, quem ganha acima do piso não receberá nenhum reajuste.

“O correto é o piso ser implementado a partir do vencimento inicial da carreira e ser adequado proporcionalmente aos demais níveis, cumprindo o que manda o atual Plano de Carreira da categoria – exatamente o que o governo anunciou que não irá fazer. O que o governo apresentou, além de ser ilegal, é um ataque ao Plano de Carreira dos profissionais de educação”, diz nota do Sepe.

Hoje, o estado do Rio de Janeiro paga menor salário do Brasil para os educadores da rede estadual. Enquanto o piso nacional é de R\$ 4.420, o professor de uma escola estadual tem um piso de R\$ 1.588 como vencimento base (18 horas semanais).

Os funcionários administrativos (serventes, merendeiras, porteiros, inspetores de alunos etc), em sua maioria, recebem um piso menor do que o salário mínimo (R\$ 802,00).

Além das reivindicações econômicas, a categoria também defende a revogação do Novo Ensino Médio (NEM) e a convocação de concursados para o magistério dos concursos de 2013 e 2014 e de inspetores de alunos do concurso de 2013, além da abertura de novos concursos para suprir a carência de profissionais nas escolas e para as funções de assistente social e psicólogos, como resposta ao aumento da violência no interior do espaço escolar.

Na próxima quinta-feira (18), a categoria realiza assembleia, às 14h, no Largo do Machado, na zona Sul do Rio, em seguida, marcha ao Palácio Guanabara, em Laranjeiras, onde vai reivindicar uma conversa com o governador.

Data da notícia: **17/05/2023**

## **Título: Cercado pela extrema direita, Dallagnol se despede da Câmara atacando o TSE**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/17/cercado-pela-extrema-direita-dallagnol-se-despede-da-camara-atacando-o-tse>

Em um breve pronunciamento nesta quarta-feira (17), e cercado de bolsonaristas, o ex-deputado federal Deltan Dallagnol se despediu da Câmara dos Deputados reforçando os laços da Lava Jato, operação que protagonizou, com a extrema-direita.

“Hoje, o sistema de corrupção, os corruptos e os seus amigos estão em festa. Gilmar Mendes está em festa, Aécio Neves está em festa, Eduardo Cunha está em festa, Beto Richa está em festa...É um dia de festa para os corruptos, é um dia de festa para Lula”, disse Dallagnol, ao lado do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e irmão do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), ambos acusados de manter esquemas de rachadinha em seus gabinetes, em mandatos passados.

Antes defensor de decisões unânimes da Justiça, para justificar a condenação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no âmbito da Lava-Jato, Dallagnol preferiu desdenhar do resultado também unânime que o cassou.

Segundo o ex-deputado federal, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inventou uma "inelegibilidade imaginária para me cassar" e o julgamento seria uma "vingança, porque eu ousei enfrentar o sistema de corrupção".

Deltan Dallagnol irá ao Supremo Tribunal Federal (STF) para recorrer da decisão do TSE, que na última terça-feira (16) cassou seu mandato. A ação foi proposta pela Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) e pelo PMN.

Os partidos alegaram que o Dallagnol não poderia ser candidato em razão de uma condenação do Tribunal de Contas da União (TCU) por gastos com diárias e passagens de outros procuradores da Lava Jato.

Ainda de acordo com as legendas, o ex-deputado federal teria pedido exoneração do cargo de procurador enquanto era alvo de 15 procedimentos administrativos, que poderiam resultar em aposentadoria compulsória ou demissão.

Por unanimidade, o TSE deu razão aos partidos, determinando que Dallagnol seja destituído do cargo de deputado federal imediatamente.

Data da notícia: **18/05/2023**

**Título: Governo formaliza criação de nova versão do programa Mais Médicos**

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasilefato.com.br/2023/05/18/governo-formaliza-criacao-de-nova-versao-do-programa-mais-medicos>

O Governo Federal formalizou nesta quinta-feira (18) o Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB), nova versão do programa criado em 2013 pela então presidenta Dilma Rousseff (PT) e desmantelado pelas gestões de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL).

Em portaria conjunta assinada pela ministra da Saúde, Nísia Trindade, e pelo ministro da Educação, Camilo Santana, foram apresentados detalhes sobre a execução do projeto, reforçando a importância de diminuir a carência de médicos em regiões prioritárias e do aperfeiçoamento de profissionais por meio de cursos de pós-graduação - contando, inclusive, com instituições estrangeiras e organismos internacionais.

Anunciado no último dia 20 de março, o programa vai oferecer 15 mil novas vagas no Sistema Único de Saúde (SUS) pelo país, com foco nas regiões mais carentes, elevando o número de profissionais contratados pelo projeto para 28 mil até o fim deste ano.

Um dos objetivos apontados no documento publicado nesta quinta é "ampliar a inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS, desenvolvendo o seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população brasileira". O Governo pretende, também, ampliar a oferta de especializações profissionais em áreas estratégicas para o sistema.

A prioridade é contratar profissionais brasileiros, mas, caso necessário, poderão ser chamados profissionais estrangeiros. Nesse caso, serão realizadas avaliações para certificar que os intercambistas possuem conhecimentos em língua portuguesa para exercício da profissão no país.

Os profissionais contratados vão atuar, a princípio, por um período de quatro anos, e o prazo pode ser prorrogado uma vez. Apesar de o pagamento ser formalmente uma bolsa e não

um salário, os participantes terão direito a férias de 30 dias por ano e estarão vinculados à Previdência Social.

O valor mensal previsto para pagamento é de R\$ 12,3 mil. Médicos escalados para cidades na Amazônia Legal, em regiões de fronteiras, em áreas indígenas ou cidades com vulnerabilidade social muito alta (segundo classificação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea) receberão valores adicionais, dependendo do local.

Após a publicação da portaria, o próximo passo é um edital pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde, vinculada ao Ministério da Saúde, para que os municípios interessados em receber os profissionais possam se manifestar. O PMMB tem como base a articulação interfederativa, ou seja, a colaboração entre as três esferas de governo (municipal, estadual e federal).

Data da notícia: **18/05/2023**

**Título: Em Cannes, Cacique Raoni reclama do acesso ao Fundo Amazônia: “nunca recebi nenhum centavo”**

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia: <https://operamundi.uol.com.br/cultura/80764/em-cannes-cacique-raoni-reclama-do-acesso-ao-fundo-amazonia-nunca-recebi-nenhum-centavo>

O cacique Raoni está no Festival de Cinema de Cannes para o lançamento do filme “Raoni: uma amizade improvável”, do cineasta belga Jean-Pierre Dutilleux. Em entrevista à *RFI*, o líder indígena falou sobre a proteção das florestas, do engajamento ambiental do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e reclamou da falta de acesso ao Fundo Amazônia.

Um dia após ter subido o tapete vermelho do Festival de Cannes, convidado para assistir a estreia mundial do filme “Indiana Jones e a relíquia do destino”, Raoni se mostrou, aos 93 anos, mais determinado do que nunca em sua luta pelo meio ambiente. “Quando eu era novo, defendia a florestas, a mata e os rios. E continuo defendendo a floresta”, declarou o cacique ao ser questionado sobre a importância de suas aparições internacionais. “Minha idade já avançou, mas eu estou firme”, disse.

Além do lançamento do filme, Raoni está na França para a nova campanha internacional organizada pela associação ambiental franco-brasileira Floresta Virgem. Acompanhado dos

líderes indígenas Watatakalu, Tapi e Bomoro, ele faz um giro por sete países, de 11 de maio a 14 de junho.

“Nossa presença aqui na Europa é super importante”, disse o chefe Tapi. “A gente vem trazer a informação das nossas terras e também colaborar com o governo brasileiro. Muitos parlamentares não indígenas são contra o governo brasileiro, então não está sendo fácil para o governo Lula. Nós temos que incentivar o governo. Pedir esse apoio político, apoio financeiro para que a gente realmente proteja o nosso território e os nossos direitos”, ressaltou.

“A gente sabe que trazer esse assunto da luta indígena, da proteção dos nossos territórios, da proteção da floresta, é importante para o mundo de fora, principalmente aqui na Europa, porque a gente sabe que é daqui que precisamos dos apoios”, completou a chefe Watatakalu. “São os nossos parceiros que abrem esses caminhos para que a gente possa ser ouvido fora do nosso país”, detalhou.

### **“Eu e Lula vamos demarcar”**

Raoni, que participou da posse do presidente Lula em Brasília, em janeiro, também falou dessa fase política do Brasil, que tem, desde a chegada do novo chefe de Estado ao poder, o seu primeiro Ministério dos Povos Indígenas. “Eu já tinha conversado com o presidente Lula. Nós vamos demarcar algumas terras dos parentes que não foram demarcadas. Eu e o presidente Lula vamos demarcar. Eu já tinha conversado com ele antes dele assumir o posto”, disse.

Mas ao ser questionado sobre o Fundo Amazônia, dispositivo criado em 2008 com contribuições de vários países e gerenciado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), Raoni não poupou críticas. “Eu não sei para onde esse dinheiro foi. Eu já fiz campanha e nunca recebi nenhum centavo lá no Brasil”.

A alfinetada foi reforçada pelo chefe Tapi. “Muitas terras indígenas não recebem esses recursos, não chega nas associações. Somos muitos indígenas e esses recursos não são suficientes para atender a demanda do contexto real dos povos indígenas”, disse ele. “Precisamos de muito recurso para fiscalizar a nossa terra. É uma obrigação do governo federal, mas não está acontecendo na prática”, avalia.

Data da notícia: **23/05/2023**

**Título: Governo Lula é aprovado por 54%, aponta pesquisa**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/governo-lula-e-aprovado-por-54-aponta-pesquisa/>

O governo Lula (PT) é aprovado por 54,1% dos brasileiros, segundo a nova rodada do levantamento do instituto Paraná Pesquisas, divulgado nesta terça-feira, 23. A reprovação ao petista somou 39,4%.

Assim como no período eleitoral, Lula tem o melhor desempenho entre as mulheres (56,4% de aprovação); mais jovens (59,8%); e moradores do Nordeste brasileiro (67,4%). Há também bons desempenhos entre o público com idade superior aos 60 anos (58,5%) e entre aqueles que possuem apenas o ensino fundamental (60,4%).

Os dados do levantamento indicam também uma predominância de avaliação positiva sobre a atual gestão. Ao todo, 39,7% dizem que o governo atual é 'bom ou ótimo'. Outros 32,7% dizem que a gestão de Lula seria 'ruim ou péssima'.

Para chegar aos resultados, o instituto ouviu presencialmente 2.023 pessoas de todas as regiões do Brasil. As entrevistas foram realizadas entre os dias 16 e 21 de maio. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais e o nível de confiança é de 95%.

Data da notícia: **24/05/2023**

**Título: Gestão Bolsonaro adia sonho de desmatamento 0 na Mata Atlântica: números seguiram altos em 2022**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/24/gestao-bolsonaro-adia-sonho-de-desmatamento-0-na-mata-atlantica-numeros-seguiram-altos-em-2022>

O último ano de governo de Jair Bolsonaro (PL) deu prosseguimento à tragédia que assolou a Mata Atlântica durante todo o mandato do presidente de extrema-direita. Entre outubro de 2021 e outubro de 2022 foram desmatados 20.075 hectares do bioma - área equivalente ao município de João Pessoa; maior que Natal e Aracaju e o dobro de Vitória, por exemplo.

Os dados foram publicados nesta quarta-feira (24) no Atlas da Mata Atlântica, organizado pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O desmatamento registrado nesse período foi 7% menor que o dos 12 meses anteriores, mas foi a segunda maior devastação do bioma nos últimos seis anos.

Segundo o levantamento, os principais estados responsáveis pelo desmatamento foram Minas Gerais, Bahia, Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. O desmatamento persiste principalmente por conta do agronegócio, para dar lugar a pastagens e culturas agrícolas, além da especulação imobiliária. Cerca de 73% das perdas aconteceram em áreas privadas, enquanto 0,9% da devastação aconteceu em áreas protegidas.

"As unidades de conservação em terras indígenas são fundamentais para a proteção da Mata Atlântica. Nesse bioma a gente tem uma proporção muito pequena de parques, áreas de conservação e áreas indígenas em relação à Amazônia, por exemplo. A gente tem de proteção integral, que são aquelas unidades de conservação dedicadas exclusivamente à proteção da biodiversidade, menos de 5% do nosso território do bioma dedicado a isso", explicou ao Brasil de Fato o diretor da SOS Mata Atlântica, Luís Fernando Guedes Pinto.

O relatório divulgado nesta quarta também ressalta a importância da Mata Atlântica para a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas, destacando que o desmatamento vai contra as pesquisas internacionais que apontam o bioma como um dos mais importantes para o futuro do planeta. O período de governo de Bolsonaro coincide com um aumento nos registros de desmatamento.

"Ele é o segundo valor mais alto dos últimos seis anos da série histórica", disse Guedes Pinto em referência ao registro de perdas até outubro de 2022. "Ele é 70% maior que o menor valor encontrado, em 2017/18, que foi 11.399 hectares, a gente já estava chegando perto de 10 mil hectares, que seria um valor que se aproximava do desmatamento zero, mas infelizmente voltou a crescer o desmatamento nos últimos três, quatro anos", lamentou.

### **Nova ferramenta para identificação de perdas**

O relatório lançado nesta quarta conta com dados apurados por uma nova tecnologia, o Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) Mata Atlântica, que amplia a capacidade de monitoramento e combate ao desmatamento na região. O SAD identificou 9.982 alertas de desmatamento entre janeiro e dezembro de 2022, totalizando 75.163 hectares perdidos,

ameaçando tanto as matas jovens quanto as maduras do bioma. Em janeiro e fevereiro de 2023, foram detectados 853 alertas, com uma taxa de perda de 104 hectares por dia.

"A gente tem imagens de satélite mais detalhadas, e conseguiu mapear todos os fragmentos acima de meio hectare, fragmentos várias vezes menores do que o que a gente enxergava antes, e também de florestas maduras e de florestas jovens, matas que estão se regenerando. A boa notícia é que a gente consegue enxergar 24% da cobertura florestal original, é muito mais mata, mas também enxerga muito mais desmatamento, ele passa a ser até quatro vezes maior", explica Guedes Pinto.

Os dados fornecidos pelo Atlas da Mata Atlântica e pelo SAD são complementares, oferecendo uma visão abrangente do estado de conservação do bioma e embasando ações de conservação e restauração.

Data da notícia: **24/05/2023**

### **Título: Comissão do Congresso aprova MP que esvazia Ministérios do Meio Ambiente e Povos Indígenas**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:  
<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/24/comissao-do-congresso-aprova-mp-que-esvazi-a-ministerios-do-meio-ambiente-e-povos-indigenas>

A Comissão Mista criada no Congresso para discutir a Medida Provisória (MP) que criou a estrutura de ministérios do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aprovou nesta quarta-feira (24) um parecer favorável a uma proposta que tira força das pastas do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, entre outras.

Na prática, os parlamentares que conduziram a elaboração do texto sugerem alterações relevantes na estrutura de diversos ministérios. A proposta aprovada pela Comissão Mista terá de passar ainda pelos plenários da Câmara e do Senado.

Caso a discussão e aprovação do texto não aconteçam nas duas Casas até a próxima semana, a Medida Provisória (MP) que criou toda a estrutura ministerial do governo perde a validade, já que MPs precisam ser aprovadas pelo Congresso em até 120 dias.

O texto aprovado tem alterações relevantes em relação ao que foi proposto pelo governo. Sob o comando do deputado federal Isnaldo Bulhões (MDB-AL), a comissão tirou do Ministério dos Povos Indígenas a responsabilidade sobre reconhecimento e demarcação

A decisão foi criticada pela ministra Sonia Guajajara, em nota oficial publicada no site da pasta dos Povos Indígenas. O texto afirma que as mudanças vão contra as propostas do Governo de tratar os povos indígenas "com a devida importância e relevância que merecem, respeitando a Constituição Federal de 1988".

"Acatar as emendas propostas e excluir das atribuições do Ministério dos Povos Indígenas a demarcação de terras é ir na contramão do mundo nos objetivos globais de enfrentamento à crise do clima, abrindo espaço para a devastação ambiental que tanto ameaça nossos biomas", prossegue o texto

Em outro ponto do parecer aprovado pela comissão do Congresso, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) deixa de ser responsável pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), documento público obrigatório para todo tipo de propriedade rural. A atribuição passa para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O CAR é usado para mapeamento de grilagem de terras e controle de áreas desmatadas.

O MMA também deixa de ter o controle de diferentes sistemas de informação, que passam para o Ministério das Cidades. São eles o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).

Outra atribuição que deixa de ser do Ministério do Ambiente é a gestão da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que, segundo a proposta, passará a ficar sob controle da pasta de Integração e Desenvolvimento Regional.

"Estão depenando o Ministério do Meio Ambiente. O povo brasileiro elegeu o presidente Lula, mas parece que o Congresso quer reeditar o governo Bolsonaro. Tirar as competências do Ministério do Meio Ambiente vai minar a credibilidade do país no exterior. Isso será um tiro no pé do agronegócio brasileiro", disse a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao jornal *O Globo*, antes mesmo da aprovação do texto.

Outra alteração de destaque no texto aprovado pela Comissão Mista está a autorização para extinção da Fundação Nacional da Saúde (Funasa). Nesse caso, os Ministérios das

Cidades, da Gestão e da Saúde ficariam responsáveis pelas atribuições antes dadas à Federação.

Data da notícia: **26/05/2023**

### **Título: Novo arcabouço fiscal supera teto de gastos, mas limita investimentos públicos**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/26/novo-arcabouco-fiscal-supera-teto-de-gastos-mas-limita-investimentos-publicos>

O projeto que limita gastos do governo federal, chamado de Novo Arcabouço Fiscal (NAF), teve seu texto-base aprovado na Câmara dos Deputados por 372 votos, em vitória da articulação política do governo Lula. A ideia é que a medida substitua o teto de gastos, criado pelo governo de Michel Temer, que impedia qualquer crescimento das despesas, só autorizando o repasse da inflação por décadas.

A nova regra permite que, caso as metas propostas pelo governo de arrecadação e despesas sejam cumpridas, os investimentos possam subir até 2,5% ao ano além da inflação. Caso não sejam cumpridas, o investimento terá de ser menor. O relator da medida na Câmara, Cláudio Cajado (PP), ainda acrescentou ao texto original penalidades, em caso de não conter as despesas, como a proibição de novos concursos públicos.

#### **Esquerda critica NAF**

A ideia da medida, embora seja mais flexível que o teto, é priorizar o pagamento de juros e conter o aumento da dívida pública. Esse é um dos motivos por que partidos aliados do PT, como o PSOL, votaram contra o NAF, que teve apoio de partidos de direita e de deputados bolsonaristas.

As diferentes organizações e analistas de esquerda são críticos à nova regra fiscal. No geral, reconhecem a necessidade de uma regra fiscal, criticam duramente a regra anterior do teto dos gastos e admitem que a herança neoliberal dos governos Temer e Bolsonaro é pesada. Nesse sentido, a nova regra fiscal é melhor.

Porém, apontam a tendência do atual projeto de limite da despesa pública, o que será um problema para alavancar a economia. Parlamentares como Carol Dartora (PT-PR) votaram favoravelmente, como era esperado, na condição de base do governo. Mas fizeram nota pública contra alguns pontos do projeto.

Data da notícia: **30/05/2023**

**Título: Câmara aprova o marco temporal, que limita demarcação de terras e fragiliza direitos dos indígenas**

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:  
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/30/camara-aprova-texto-base-de-projeto-que-limita-demarcacao-de-terras-e-fragiliza-direitos-dos-indigenas.ghtml>

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (30), por 283 votos a 155, o projeto que limita a demarcação de terras e fragiliza uma série de direitos dos indígenas. Houve uma abstenção. O texto vai ao Senado.

O projeto foi pautado no plenário em resposta do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao anúncio do Supremo Tribunal Federal (STF) de retomada do julgamento que discute a implantação de marco temporal para demarcações de terras indígenas.

O chamado marco temporal das terras indígenas estabelece que os povos originários só têm direito às terras que já eram tradicionalmente ocupadas por eles no dia da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

Na prática, a tese permite que indígenas sejam expulsos de terras que ocupam, caso não se comprove que estavam lá antes de 1988, e não autoriza que os povos que já foram expulsos ou forçados a saírem de seus locais de origem voltem para as terras.

A proposta já passou pelas comissões da Casa. Deputados governistas tentaram tirar o projeto da pauta, mas o requerimento foi rejeitado por 257 votos a 123.

**Pontos do projeto**

Entre outros pontos, o projeto, relatado pelo deputado Arthur Maia (União-BA), flexibiliza o uso exclusivo de terras pelas comunidades e permite à União retomar áreas reservadas em caso de alterações de traços culturais da comunidade (*leia mais abaixo*).

O texto também:

- cria um “marco temporal” para as terras consideradas "tradicionalmente ocupadas por indígenas", exigindo a presença física dos índios em 5 de outubro de 1988
- permite contrato de cooperação entre índios e não índios para atividades econômicas
- possibilita contato com povos isolados “para intermediar ação estatal de utilidade pública”

## **Protestos**

A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, e deputadas da chamada "bancada do cocar" Célia Xacriabá (PSOL-MG), e Juliana Cardoso (PT-SP), entre outros parlamentares, concederam entrevistas na Câmara dos Deputados para pressionar pela retirada do texto da pauta de votações.

Elas chamaram o texto de "genocídio legislado".

“Hoje estamos aqui para pedir a retirada do projeto de pauta de votações no dia de hoje. O projeto representa sim um genocídio legislado, porque vai afetar diretamente povos isolados. Autoriza acesso de terceiros em territórios onde vivem pessoas, povos que ainda não tiveram contato com a sociedade”, disse Guajajara.

## **Marco temporal**

Conforme o projeto aprovado, são consideradas terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas aquelas que, na data da promulgação da Constituição — isto é, 5 de outubro de 1988, eram simultaneamente:

- por eles habitadas em caráter permanente;
- utilizadas para suas atividades produtivas;
- imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar;
- necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Segundo o texto, a interrupção da posse indígena ocorrida antes de outubro de 1988, independentemente da causa, inviabiliza o reconhecimento da área como tradicionalmente ocupada.

A exceção é para caso de conflito de posse no período. Neste caso, o marco temporal não seria aplicado em caso de expulsão dos indígenas. Especialistas avaliam, no entanto, que é difícil comprovar o conflito e a expulsão.

Entidades ligadas aos direitos dos indígenas criticam o dispositivo, pois a Constituição funciona retroativamente, o que resguarda os direitos territoriais violados antes de 1988.

### **Indenização a invasores**

Outra mudança criticada por quem discorda do texto é a possibilidade de validar títulos de propriedade ou posse em áreas das comunidades indígenas. Neste caso, a desocupação será indenizada pelo Estado.

Segundo especialistas, isso permitirá que não indígenas que tenham invadido áreas de comunidades sejam indenizados.

Técnicos também avaliam que o dispositivo tenta proteger invasores de terras indígenas e veda sua retirada das terras enquanto o processo de demarcação não for concluído, criando um "direito de preferência do invasor".

Outra crítica é que o dispositivo é inconstitucional, uma vez que, atualmente, não se reconhecem atos para ocupação, domínio e posse de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas.

### **Usufruto exclusivo de terras**

O relator excluiu da proposta, após sugestão da deputada Duda Salabert (PDT-MG), o artigo que previa que o usufruto da terra pelos indígenas não abrangia, por exemplo, recursos hídricos, potenciais energéticos, garimpagem, entre outros.

Maia manteve o dispositivo que permite que sejam desenvolvidas atividades nas reservas sem que as comunidades sejam consultadas.

O texto diz que o usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da política de defesa e soberania nacional. Também afirma que independem de consulta aos indígenas ou ao órgão indigenista federal competente, a Funai, as seguintes ações:

- instalação de bases
- unidades e postos militares e demais intervenções militares
- expansão estratégica da malha viária
- exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico
- resguardo das riquezas de cunho estratégico

Segundo especialistas, a previsão viola tratados internacionais, ratificados pelo Brasil.

Outra flexibilidade do uso das terras exclusivamente pelos indígenas é um dispositivo que admite a cooperação e contratação de terceiros (não indígenas) para a realização de atividades econômicas. O texto coloca algumas travas que devem ser cumpridas, por exemplo:

- a atividade deve gerar benefícios para a comunidade
- a posse dos indígenas deve ser mantida sobre a terra
- a comunidade precisa aprovar o contrato
- os contratos devem ser registrados pela Fundação Nacional do Índio (Funai)

A Constituição diz que compete à União a atividade de demarcar terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, porém afirma que elas são de sua "posse permanente". Além disso, determina o uso "exclusivo" dos indígenas das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

### **Ampliação de áreas**

O texto também proíbe a ampliação de terras indígenas já demarcadas. Para justificar a regra, o relator argumentou, quando o projeto passou pela CCJ, que um julgamento de 2009 do Supremo sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, proibiu a ampliação da área como uma das 19 regras estabelecidas.

Quatro anos depois, porém, a própria Corte confirmou que o entendimento não tem efeito vinculante e não vale para todos os casos.

## **Retomada de terras**

Ainda segundo a proposta, caso haja alteração nos traços culturais da comunidade, as áreas indígenas reservadas podem ser retomadas pela União para o "interesse público ou social" ou ainda destinar ao Programa Nacional de Reforma Agrária, com lotes "preferencialmente" a indígenas.